

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

16 a 22 de dezembro de 1991 - nº 19

UNITA REJEITA PROPOSTAS

UNITA CONTEMPORIZA (Angola)

José Eduardo dos Santos convocou a UNITA, assim como todos os partidos emergentes, para uma reunião multipartidária que terá como objetivos a criação de uma comissão para supervisionar o processo eleitoral e um Conselho Nacional de Comunicação Social, que controlará a isenção dos órgãos estatais e ajudará a pacificação do país.

Savimbi afirmou, durante o segundo encontro com José Eduardo desde o seu regresso a Luanda, que "a UNITA não tem necessidade de participar na reunião multipartidária" e que esta levará ao "esvaziamento" dos acordos de Bicesse. No entanto, o líder da UNITA mantém diferentes posturas de acordo com o público ouvinte. Um exemplo disto é que após esta negação, de diálogo com as demais forças políticas angolanas, Savimbi declarou à France Press que tem em vista um governo de União Nacional, com elemento de outras forças políticas, bem diferente do que afirmara, anteriormente, isto é governaria sozinho ou iria para a oposição. (pp. 07 e 08)

INKATHA ACENTUA O FATOR REGIONAL (África do Sul)

O partido conservador Inkatha divulgou a sua proposta de nova constituição para a África do Sul. Entre as diversas disposições, destacam-se: a atribuição de poderes às instâncias regionais (em detrimento do poder central, cuja política passa a depender do acordo dos governos regionais); a partilha do poder executivo entre o Chefe do Estado e um primeiro-ministro escolhido por uma Assembléia Nacional eleita por sistema proporcional, sem distinção de raças (havendo também uma Câmara Alta, com representação das regiões, as leis deverão ser aprovadas pela maioria das duas Câmaras e referendadas pelo Chefe do Estado); as regiões elegerão parlamentos por sistema proporcional, tendo à frente um primeiro-ministro e um governador que represente o governo central; o Parlamento nacional terá competência única sobre determinados domínios cla-

foi dele alijado]. O PAICV perdeu sucessivamente o controle da Assembléia Nacional e a presidência da República para o Movimento Pela Democracia (MPD), principal partido da oposição, ao qual pertence o atual presidente Mascarenhas Monteiro. Nas eleições municipais, segundo o diário francês Le Monde, o MPD conquistou dez das quatorze prefeituras em disputa, e o PAICV não conseguiu obter maioria senão em três delas. (p.14) II

PAIGC EM CONGRESSO SOB O SIGNO DA CISÃO (Guiné-Bissau)

CONGRESSO DO PAIGC VAI DECORRER SOB O SIGNO DA CISÃO E DO CONFRONTO

O V Congresso do PAIGC, cujo início estava marcada para o dia 16 de dezembro, poderá ser o local de uma cisão no partido. Os renovadores, reunidos no "Grupo dos 121", acusam o governo do presidente Nino Vieira de falta de democracia, desvios da linha política do partido, e ausência de diálogo com a oposição (evidenciada numa série de atos arbitrários cometidos pelo partido recentemente), recusando-se a reconhecer como legítimas as deliberações provenientes do congresso. Os "121" pretendem impugnar esse congresso, tendo escolhido a simbólica data de 20 de janeiro de 1992 (quando se completarão 19 anos do assassinato de Amílcar Cabral) para a realização de uma conferência de quatro dias, onde sua posição será definida. (pp. 15 e 16)

CHISSANO QUER PORTUGAL NO PROCESSO DE PAZ

OTIMISMO MOÇAMBICANO

A nova rodada de negociações entre o governo moçambicano e a Renamo começaria no sábado 14 de dezembro, em Roma. O líder da delegação do governo, Armando Guebuza, mostra-se otimista quanto à possibilidade da Renamo aceitar a proposta de Maputo de uma "trégua alargada", já para antes do Natal. O presidente Joaquim Chissano, declarou à agência France Press, que é favorável à idéia de Portugal assumir um papel mais ativo nas negociações de paz, mostrando-se igualmente receptivo à participação de Estados Unidos e África do Sul no processo, sob condições bem definidas. Foi confirmado pelo ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, que teve lugar um encontro entre o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, o presidente da África do Sul, F. de Klerk, e o próprio Botha, no Quênia, em 8 de junho deste ano, como parte dos "esforços sul-africanos para um cessar-fogo em Moçambique" (palavras de Botha). (p.18)

BM PEDE APOIO A MOÇAMBIQUE

Durante a reunião entre países doadores e responsáveis moçambicanos, que teve lugar em Paris, entre 9 e 12 deste mês, o Banco Mundial apresentou um relatório que recomenda a realização de um financiamento adicional a Moçambique por parte da comunidade internacional, devido aos progressos obtidos na aplicação do Programa de Reabilitação Econômica e Social, implementado segundo diretrizes do BM. (p. 18)

RADICAIS TENTAM BOICOTAR CONVENÇÃO (África do Sul)

O governo e a oposição sul-africanos conseguiram estabelecer diversos acordos prévios à realização da convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA), marcado para os dias 19 e 20 deste mês. Foi definido que a CODESA irá reunir-se mensalmente até a elaboração da nova constituição estar terminada, tendo sido formados três grupos de trabalho: um para delinear as linhas-mestras da CODESA, outro para discutir sua organização e planejamento, e um terceiro para debater os mecanismos de governo durante o período de transição. As princi

ramente definidos; deve-se estabelecer um corpo único de polícia para todo o país. Em um comício realizado no bairro de Dobsonville, em Soweto, no domingo 8 de dezembro, o líder do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, ameaçou não participar na conferência para uma África do Sul Democrática (CODESA), caso os zulus não obtenham três delegações. Em confrontos ocorridos após o comício, morreram 17 pessoas. (p. 23)

UMA ONG A SERVIÇO DA COOPERAÇÃO COM ÁFRICA (PALOP)

A OIKOS é uma organização não governamental portuguesa que fundamenta sua atuação "numa filosofia de cooperação pouco a pouco, independente dos sistemas políticos e formações religiosas que os regem". Possui dois projetos: assistência a crianças abandonadas na cidade de Maputo e apoio a cerca de cinco mil famílias no Niassa, que fugiram da guerra. Em Angola também são dois os projetos: integração das famílias retornadas a um distrito de Malange e reintegração na sociedade civil dos soldados acantonados na região do Huambo. (p. 01)

BANCO MUNDIAL RECOMENDA MEDIDAS DE EXCEÇÃO PARA ÁFRICA

Segundo o último relatório publicado pelo Banco Mundial, Quadros da dívida mundial 1991-92, sobre a questão das dívidas externas, o encargo destas continuam elevados para os países do Terceiro Mundo. No que se refere aos países da África sub-sahariana os peritos do Banco Mundial recomendaram, ainda mais, "medidas de exceção", dado o aumento das dívidas nesses países. (pp.03 e 06)

ACABOU A POLÍTICA DE "QUEIMAR ETAPAS"

O economista Parcídio Costa, com vinte anos de experiência em África e que ocupou cargos importantes na administração moçambicana, concedeu uma entrevista ao O Jornal. Os pontos de maior destaque foram: a valorização do aspecto cultural em detrimento dos investimentos capazes de "queimar etapas" no processo de desenvolvimento africano, a necessidade de mudança nas estruturas mentais e nos hábitos africanos, a posição da África do Sul como país líder na África Austral, a necessidade da democracia moldar-se à cultura local e o erro que foi Cahora Bassa. (p.05)

COSEC AUMENTA CRÉDITO A ANGOLA

A Companhia de Seguros de Crédito (COSEC) de Portugal e o Banco de Angola deverão assinar em janeiro, um adendo à convenção subscrita em abril, pelos dois governos, que estabeleceu uma linha de crédito de 100 milhões de dólares para investimentos nas áreas de equipamento e serviços. Com este adendo abrir-se-á a possibilidade de aumento desta linha de crédito. (p. 09)

BANCO MUNDIAL RECUPERA LUANDA (Angola)

O Banco Mundial decidiu subsidiar a obra de recuperação da infra-estrutura da rede de distribuição de água, esgoto e lixo de Luanda. Sete grupos de empresas internacionais já apresentaram propostas de consultoria ao comissário Provincial de Luanda. A obra está prevista para começar no segundo trimestre do próximo ano. (p.09)

AUTÁRQUICAS ENCERRAM TRANSIÇÃO (Cabo Verde)

Com a realização das eleições municipais, terminou o que pode ser considerado como a última etapa do processo de democratização de Cabo Verde. Essas eleições seguiram-se às legislativas de janeiro, e presidenciais de fevereiro, onde o PAICV, partido que mantinha-se no poder desde a independência [mudando de nome de PAIGC para PAICV em 1980, após o golpe de Estado na Guiné Bissau,

país forças envolvidas nas reuniões preparatórias da CODESA apresentam um otimismo reservado — patente em recentes declarações de F.W. de Klerk e Nelson Mandela — que pode vir a ser abalado pela posição de radical recusa e enfrentamento adotada pelo movimento de Resistência Africâner (AWB), que opõe-se, nas palavras de seu líder Eugene Terreblanche, às "concessões que os traidores [Partido Nacionalista, no poder] têm feito aos negros". O AWB passou a exigir a criação de um Estado boer independente, dizendo-se disposto a recorrer às armas para consegui-lo. (p. 22)

Índice

África Geral - PALOP	01-06
Angola	07-13
Cabo Verde	13-14
Guiné-Bissau	15-16
Moçambique	17-19
São Tomé e Príncipe	20
África do Sul	20-25
Namíbia	25

Uma organização não governamental ao serviço da cooperação com África

O JORNAL

13.12.1991

Com projectos em curso em Angola e em Moçambique e com perspectivas de avançar em breve para outros países africanos, a OIKOS é um exemplo destacável porque diferente no campo da cooperação

É PORTUGUESA, insere-se no quadro das organizações não governamentais e inscreve-se no «movimento nacional e internacional de solidariedade entre os povos e de luta pelo seu desenvolvimento e dignidade». Reclama-se de fundamentar a sua actuação «numa filosofia de cooperação povo a povo, independentemente dos sistemas políticos e formações religiosas que os regem».

Trabalha no Brasil e no Chile, vai abrir uma frente na Índia, mas tem em África quatro projectos já em andamento — dois em Moçambique e dois em Angola — e tudo leva a crer que avance muito proximamente para o Benim, o Congo-Brazzaville e o Uganda.

Vamos ver-lhe o retrato numa conversa com o seu

secretário-geral, dr. Agostinho Jardim Gonçalves.

Não fala apenas português a sua área de acção

«O Jornal África» — Qual é a área de acção da OIKOS?

Dr. Jardim Gonçalves — Em primeiro lugar, a OIKOS, desde a sua fundação, tomou como norma não apoiar apenas o desenvolvimento dos países de língua portuguesa. A OIKOS dirige-se, na sua acção, aos países chamados em desenvolvimento — que é uma terminologia um pouco traçoira, mas temos que nos entender por palavras. Ou seja, a todos aqueles países cujo índice de desenvolvimento, segundo as pautas das Nações Unidas, não atingiram aquilo que se considera

ser o de um país desenvolvido.

P. — Mas a OIKOS está a actuar principalmente em países de língua portuguesa, não é verdade?

R. — Mercê da força da História, quando a OIKOS se lançou, evidentemente que os primeiros países com que topou foram os de língua portuguesa. E a verdade é que,

quer na África, com Angola e Moçambique, que são dois países onde temos já uma acção real, concreta, efectiva, quer na América Latina, com o Nordeste do Brasil, foram de língua portuguesa os países com que a OIKOS começou a trabalhar. Hoje já não é assim, não são apenas estes países. Na América Latina estamos em acção também já no Chile, e vamos abrir agora uma frente na Índia, que é tão perto de Goa que se poderá dizer ter ainda um certo resquício de relação cultural e histórica com Portugal. Mas voltando a África, também queremos dizer que as relações que neste momento temos já com três ou quatro países que não são de língua portuguesa se apresentam como uma hipótese de cooperação importante para um futuro breve. É o caso, por

exemplo, do Benim, do Congo-Brazzaville e do Uganda.

Uma forma diferente de abordar a cooperação

P. — E qual é o espírito que norteia os vossos projectos? Espírito que nós sabemos ser diferente do habitual.

R. — Qual é o espírito que nos norteia? Qual é a filosofia que nos norteia? Nós não somos uma empresa, embora consideremos que na cooperação a vertente comercial também faz parte. E entendemos que uma empresa que coopera com um país em desenvolvimento, por muito generosa e por muito altruísta que seja, não pode deixar de ser uma empresa, pelo que vai buscar alguns proveitos, alguns interesses. Não criticamos isso, mas não é essa a nossa linha de actuação. Nós situamo-nos no mundo das instituições, ou das organizações chamadas não governamentais, ou seja, sem fins lucrativos, com uma vertente humanitária bastante acentuada. É evidente que no mundo das organizações não governamentais há nuances muito grandes, mercê da história e mercê também de uma certa

filosofia, de uma certa visão.

P. — Qual é então a visão da OIKOS?

R. — Na OIKOS situamo-nos nesta perspectiva: ao prestar este serviço ao desenvolvimento desses povos, vemo-lo através da concessão de recursos: recursos humanos, recursos técnicos, recursos financeiros. Ou seja, empenhamos pessoas nesse trabalho contribuimos ou para alguma transferência tecnológica, ou, sobretudo, para o desenvolvimento de um *know how* que as populações têm dentro da sua própria cultura e, também damos o nosso contributo financeiramente. Ou contributo próprio, ou em regime de co-financiamento com fundos que nos são outorgados da cooperação multilateral. Da Comunidade Europeia, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do próprio Governo Português ou de outros governos, ou de outras organizações não governamentais.

O espírito que nos norteia pode dizer-se que é este: dar a essas populações os meios de que necessitam para elas próprias protagonizarem o seu desenvolvimento. Não somos nós quem lhes vai dizer

este projecto é que é bom para vocês se desenvolverem. Há um certo tempo que medeia entre o contacto com as populações e o lançar de um projecto de desenvolvimento, que é o tempo que leva a um relacionamento em confiança, a uma elaboração conjunta do próprio projecto.

P. — Não será essa visão um pouco utópica?

R. — O objectivo é dar às populações os meios, os instrumentos, para que as pessoas sejam os protagonistas, os animadores primeiros do seu próprio desenvolvimento. O que à primeira vista, de facto, para quem está longe desta problemática pode parecer uma coisa teórica e às vezes quase impossível dado o atraso económico em que em muitos casos essas populações se encontram. Mas a experiência diz-nos que é possível. É possível e estamos a fazê-lo. Não inovamos nada. Outras organizações estrangeiras fazem isto há imenso tempo. Nós colonizámos até muito tarde e começámos nestes labores bastante tarde também. Os outros começaram já nos fins dos anos cinquenta e nos anos sessenta, à medida também que a descolonização foi



sucedendo nesses países.

P. — E como é que se traduz na prática esse espírito de não substituir as populações, sendo elas próprias a assumir o seu desenvolvimento?

R. — Este nosso espírito de não substituir as populações, dando-lhes antes os meios e os instrumentos necessários para que sejam elas a arrancar com o seu desenvolvimento, tem para nós consequências de ordem prática muito interessantes. Uma, por exemplo, é que nós não favorecemos, nem alimentamos, nem apoiamos, aquilo que se chama a ajuda de emergência. Os nossos projectos não englobam isso. Ou seja, mandar alimentos, mandar roupas... Não. Temos uma outra óptica. Pensamos que muitas dessas coisas talvez num determinado momento sejam necessárias. Há instituições que o fazem. Não temos nada a criticar, antes pelo contrário. Jogamos numa outra área que é a de dizer não, o que é preciso é dar instrumentos, para que estas pessoas não continuem dependentes do favoritismo exterior e da ajuda exterior, mas possam na realidade por-se de pé e assumir as suas responsabilidades.

Os projectos e Angola e Moçambique

P. — E também tem sido assim em África?

R. — Em dois dos nossos projectos, o de Malanje (Angola) e o de Lichinga (Moçambique), vai encontrar coisas que no princípio têm o

carácter de dádiva. É o caso das sementes para as primeiras sementeiras, dos instrumentos de trabalho, como as enchadas ou outras alfaías, das ferramentas para as pequenas oficinas. São coisas que têm o carácter de doação. Mas depois, na prática, tal como o estamos a fazer, não é bem assim. Aquilo faz parte de uma negociação que se faz com as populações, nem que seja em troca de uma coisa simbólica que nos entregam. Há qualquer coisa em troca. Não é o dar absoluto. Para que as pessoas também aprendam a negociar, aprendam a comercializar, a constituir uma sociedade civil normal. Não viverem dependentezinhos do bom coração, que não é bom coração nenhum. Veja o caso da CEE: tem excedentes e manda-os para lá, mas apenas porque são excedentes.

P. — E a OIKOS trabalha apenas com as populações?

R. — No caso de Angola e de Moçambique temos tido sempre a vantagem de trabalhar, por um lado, com as entidades oficiais, e, por outro, com o mundo privado. Mundo privado que, no caso, porque são países que viveram numa economia centralizada e com um regime também bastante centralizado, são organizações normalmente ligadas às igrejas. De qualquer maneira, estes projectos foram sempre elaborados sobre dois pés: o relacionamento com as entidades oficiais com o respeito do terreno que cada um pisa e o relacionamento com as poucas entidades que existiam.

P. — E como estão a decorrer esses projectos de Angola e Moçambique?

R. — Em Angola e Moçambique temos quatro projectos. Porque uma das nossas decisões é não nos dispersarmos por pequenos projectos. Preferimos o que chamamos projecto integrado. Um projecto com diversas vertentes. Porque nos parece que só projectos desse género correspondem à pluridimensão, à pluridisciplina da vida de uma sociedade e, por outro lado, permitem envolver outros actores do desenvolvimento. Porque a OIKOS, sozinha, pode ir abrir um poço, mas não pode, sozinha, como em Lichinga, lançar um projecto para vinte mil pessoas, quatro a cinco mil famílias. E como não pode sozinha, aí o Governo tem de entrar. As entidades que lá estão e têm finalidades sociais têm também de entrar. Isto tem a vantagem de pôr os actores do desenvolvimento em cooperação, em concertação uns com os outros. De ultrapassar, portanto, aquela cooperação estatal que é fria, burocrática, pois, enquanto lá estamos, damos um pouco da nossa vida privada, do nosso sentido cultural da existência. Mas por outro lado também tem a vantagem de, quando nos encontramos com o governo, fazer este entender que não é só a generosidade que resolve os problemas. Daí o só termos quatro projectos. E, desses quatro, um ainda está em preparação. É um projecto no Huambo de reinserção dos ex-soldados na vida civil. Soldados que vão ser acantonados se-

gundo os acordos do Estoril. Este projecto é feito em cooperação com o Governo do Huambo, com outras organizações não governamentais europeias e com uma organização não governamental angolana, a ADRA (Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente).

P. — Como vamos dar notícia, em separado, destes quatro projectos de Angola e Moçambique que envolvem mais de uma dezena de milhares de famílias no seu conjunto, pode dizer-nos em que consistem os projectos em vista nos outros países africanos de que falou?

R. — No Benim trata-se de um projecto de desenvolvimento comunitário à roda do Centro de Recuperação de Toxicodependentes. Algo semelhante ao que estamos a fazer no Chile. No Congo-Brazzaville é a apenas a mediação junto do governo português para a obtenção de *know how* do nosso país para a secagem de peixe e para a moldagem de cerâmica. E no Uganda trata-se de dar apoio à organização e à formação numa cooperativa de mulheres que trabalham nas áreas agrícolas e do artesanato.

O JORNAL 13.12.1991

Quatro projectos em Angola e Moçambique

A OIKOS, de que fazemos um retrato nesta mesma edição através do depoimento do seu secretário geral, Dr. Agostinho Jardim Gonçalves, tem em Moçambique e em Angola quatro projectos de cooperação para o desenvolvimento, três dos quais já em pleno andamento, e de que damos a seguir as características principais.

Centro de dia de apoio às crianças de rua

Trata-se de um projecto já em fase avançada de realização, envolvendo 70 a 80 crianças abandonadas na cidade do Maputo. A iniciativa partiu de uma associação de mães, de Mavalane, um subúrbio da capital moçambicana próximo do aeroporto.

Instalado o Centro, que teve o apoio das autoridades de Moçambique, em especial do Ministério da Saúde, vai

agora passar a uma nova fase: o encaminhamento das crianças recuperadas para a escola — e o projecto inclui a construção de um próximo centro — ou para uma escola de artes e ofícios a criar.

Também em Moçambique, no Niassa, trata-se de um programa de desenvolvimento integrado que implica o apoio a cerca de trinta mil pessoas, umas cinco mil famílias, que ali se concentraram, fugidas à guerra, e que na maioria dos casos querem ali continuar a viver.

O programa da OIKOS compreende: o apoio à reconstrução ou mesmo à construção de infra-estruturas (estradas, pontes, captação de águas, serviços de extensão agrícola, escolas, centros de saúde); o apoio às famílias deslocadas com sementes e alfaías para as primeiras sementeiras, roupas e outros bens de imediata necessidade; a promoção dos recursos

humanos com a criação de um centro de formação polivalente; e a criação de um «Fundo de Poupança e Crédito». Este último tem a curiosa característica de implicar o estudo prévio das formas tradicionais de ajuda mútua antes de passar a fases mais avançadas de financiamento e poupança.

Este projecto que se vem desenvolvendo em dois distritos da Província de Malanje, em Angola, há já um ano, visa a integração social de famílias que haviam fugido com a guerra e que regressam agora às suas terras. O projecto abrange mais de vinte mil pessoas, quatro a cinco mil famílias, tendo praticamente as mesmas características que o de Lichinga, em Moçambique, com a diferença de que tem uma menor componente de construção ou reconstrução de infra-estruturas.

Os trabalhos tiveram início com o recenseamento das populações, tarefa realizada em colaboração com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, e prosseguiram com o recrutamento e formação de animadores locais e com o fornecimento das primeiras sementes, alfaías e materiais destinados à autoconstrução.

O projecto está agora a passar à fase seguinte que será já operativa, isto é, as pessoas vão começar a viver socialmente, produzindo, comerciando, recorrendo às escolas e aos centros de saúde, etc.

Este último e mais importante projecto está ainda na fase de lançamento. É também para Angola e situa-se na região de Huambo. Visa a reintegração na sociedade civil dos soldados que, por força dos acordos do Estoril, vão ser ali acantonados. Muitos deles nunca fizeram



outra coisa além da guerra.

O programa implica: a reinserção socioeconómica de quatro mil soldados a desmobilizar bem como das respectivas famílias, a valorização das potencialidades da zona através da recuperação de colonatos e fazendas abandonadas naquela área; o equipamento das aldeias com as infra-estruturas necessárias (escolas, postos de saúde, água, comércio, centro comunitário, etc.); a rentabilização e melhoria das qualificações técnico-profissionais dos desmobilizados; com

realização de programas de formação; e o apoio a iniciativas privadas sobretudo na área da agricultura.

O projecto será realizado pela OIKOS, em conjunto com o governo do Huambo, de outras organizações não governamentais europeias e da ADRA (Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente). A ADRA é uma organização não governamental angolana que a OIKOS ajudou a criar e que, praticamente, nasceu com as perspectivas de paz naquele país.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 DE DEZEMBRO DE 1991

Dívida exterior esmaga países do Terceiro Mundo

O BANCO MUNDIAL considera, no seu último estudo sobre as dívidas externas, que os encargos destas são ainda muito pesados em numerosos países do Terceiro Mundo, apesar de alguns avanços positivos.

O relatório do BM salienta a situação africana, mas refere que a generalidade dos casos necessita de um rápido auxílio dos países ricos.

O montante da dívida externa dos países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento manteve-se praticamente inalterado este ano, devendo orçar os 1351 mil milhões de dólares no final de 1991 (contra 1355 mil milhões registados um ano antes), refere o BM no seu estudo *Quadros da Dívida Mundial 1991-92*.

Estabilidade relativa

O contexto relativamente estável confirma a tendência que vem de 1987, último ano de grande aumento da dívida externa internacional. No entanto, apesar dessa estabilidade, o serviço da dívida cresceu cerca de oito por cento em 1991, chegando a 154 mil milhões de dólares (contra 143 mil milhões em 1990).

O Banco Mundial esclarece que a situação globalmente estável esconde diferentes

evoluções, «com progressos em algumas regiões e agravamento noutras».

«Plano Brady»

Um «pequeno grupo de países» com rendimento de valor intermédio — incluindo, entre outros, o México, o Chile e a Venezuela — aproveitou-se do «Plano Brady» para conseguir uma redução da dívida aos bancos comerciais e encontrar o acesso aos mercados de capitais mundiais. Em contrapartida, os níveis da dívida «continuam insustentáveis» em vários «países com rendimento fraco ou intermédio, da parte inferior», assinala o BM, sublinhando que foram esses países que especialmente sofreram com o abrandamento da economia mundial.

Medidas de excepção para África Negra

Para os países mais pobres, designadamente da África subsariana, os peritos do Banco Mundial desejam que sejam depressa tomadas «medidas de excepção» no aligeiramento do peso da respectiva dívida externa, para além das decididas em 1988 em Toronto, no Canadá, pelos países mais ricos (a redução das taxas de juro e um rees-

calonamento da dívida).

O BM pronuncia-se a favor de «algo como a proposta britânica feita em Trinidad, em Setembro de 1990, que previa uma redução de dois terços na dívida oficial devida aos países ricos».

Refira-se que, aquando da cimeira dos sete países mais industrializados do mundo (G-7), em Julho, em Londres, fora reconhecida a necessidade de ir «para além» dos termos de Toronto, embora nada tenha sido concretizado desde então.

«Se se tivessem posto em prática as propostas de Trinidad caso por caso, numerosos países de fraco rendimento e forte dívida teriam hoje perspectivas realistas de baixar o serviço da dívida para níveis sustentáveis», afirma Larry Summers, vice-presidente (e principal economista) do Banco Mundial.

Aligeiramento necessário e urgente

Um novo aligeiramento do peso da dívida é «necessário e urgente» na África subsariana, onde a dívida externa — que triplicou desde 1980 — «trava o desenvolvimento», afirma por seu turno Ishrat Husain, economista principal para os assuntos africanos do Banco Mundial.

Finlandeses e portugueses juntos em negócios nos PALOP

13.12.1991

O JORNAL

A ASSOCIAÇÃO Industrial Portuguesa tem uma larga experiência de cooperação com os países africanos e vem realizando ali, desde há alguns anos, iniciativas várias, tais como semanas portuguesas, participações em feiras, acções de formação, missões empresariais, etc. Tem pois uma experiência e uma sensibilidade própria para analisar a área. E como o ano foi de mudança e a mudança não vai parar, nada como ir a ouvir o que disso se pensa.

O nosso interlocutor foi o eng^o Carvalho Pereira, res-

ponsável pelos serviços de Cooperação Internacional e ouvimo-lo exactamente acerca do que é — e do que pode ser — a África em geral e os PALOP em particular para os empresários portugueses. Eis, portanto, as nossas perguntas e as suas respostas.

A África como área de negócios

«O Jornal-África» — Com as recentes alterações que se deram na região, como vê a África em termos de área de negócios para os empresários portugueses?

Eng^o Carvalho Pereira — Nós enquadrámos a questão do relacionamento com África, no quadro comunitário, por um lado, em que os empresários portugueses estão a fazer um grande esforço, e, por outro lado, na crescente internacionalização da economia. Relativamente a África verifica-se uma evolução, que acompanha a evolução geral em termos mundiais, no sentido da liberalização das economias e no sentido do estabelecimento de democracias. Em termos específicos, ao nível das empresas portuguesas, verifica-se que, quer em termos de dimensão, quer em termos de capacidade financeira, quer em termos das tecnologias utilizadas, a África é, sem dúvida, uma direcção importante no sentido da internacionalização. Devemos

ter, porém, presente que a tradição de internacionalização nas empresas portuguesas, sob o ponto de vista de investimento, é extremamente limitada. Isso leva a que as etapas a percorrer tenham que ser vencidas mais lentamente, pois têm de ser construídas novas mentalidades e atitudes e criados até novos instrumentos que não existem. Mas as empresas estão despertas para a situação e começam a dar passos concretos. Portanto, nós vemos este último ano em África, no âmbito das relações empresariais, com grande optimismo, pese embora a existência de muitas indefinições no quadro local.

P. — Muitas das fábricas portuguesas começam a ficar obsoletas em termos comunitários. Perderam a sua competitividade devido sobretudo ao facto de se terem baseado na existência de muita mão-de-obra e barata. Não seria muito mais eficiente apoiar a sua transferência para África do que tentar recuperá-las aqui, onde o seu futuro parece cada vez mais duvidoso?

R. — A questão que está a por, que é a da transferência de tecnologias, de máquinas, de equipamentos, daqui para África, é de realização possível mas tem de ser analisada com alguma precaução. Há de facto equipamentos que por dificuldades de competitividade no mercado tradicional das empresas portuguesas, principalmente no Mercado Comum, deixaram de ser aqui rentáveis mas mantêm ainda condições de funcionamento para produzir noutros países em que os factores de competitividade são diferentes, porque os custos de mão-de-obra são mais baixos. Vemos essa possibilidade, mais, naqueles equipamentos em que a tecnologia envolvida exija menor especialização.

A aposta nos PALOP

P. — Porque se aposta quase exclusivamente nos PALOP?

R. — Quando falamos nos PALOP, o caso é que Portugal tem ali vantagens comparativas de facto poderosas, mas tem também alguns constrangimentos. Uma das vantagens é talvez a principal é a utilização de uma língua comum que facilita, de facto, a transferência de conhecimentos e a condução do próprio processo produtivo. Por outro lado, o quadro técnico-administrativo é muito semelhante ao português pelo que é mais fácil às nossas empresas a sua integração. Ao nível das tecnologias, nós temos a desvantagem de não termos tecnologias muito desenvolvidas, o que neste caso pode ser uma vantagem porque as tecnologias intermédias se adequam mais à realidade daqueles países. Quanto aos constrangimentos, eles existem sobretudo ao nível da capacidade financeira.

P. — Quanto às vantagens de que falou a respeito dos PALOP — língua e fácil integração no quadro técnico-administrativo — sabe com certeza que as empresas estrangeiras estão a contornar esse obstáculo contratando quadros portugueses?

R. — Isso está a suceder, sobretudo ao nível das grandes empresas, e vai ser uma tendência. Daí o acharmos que as nossas empresas, em vez de actuarem sozinhas num relacionamento bilateral, devem procurar fazer parcerias. Parcerias que abrangem empresas do espaço comunitário ou de outros países. Por exemplo, empresas dos Estados Unidos ou dos países do Norte da Europa que pretendam fazer a sua aproximação a África. Nós julgamos isto importante. Aliás, no próximo ano, vamos desenvolver algumas iniciativas de aproximação comum aos mercados africanos, com parceiros que pas-

sem por Portugal e identifiquem aqui projectos de interesse para abordagem do mercado africano em parceria. É evidente que as vantagens que temos nos PALOP, nomeadamente a da língua, se não forem atempadamente aproveitadas ir-se-ão esbatendo.

Dos PALOP para os mercados vizinhos

P. — E quanto aos outros países africanos, além dos PALOP?

R. — Começam a verificar-se alguns movimentos nesse sentido, embora muito ténues. Mas nós consideramos que o relacionamento com os PALOP deve ser visto numa óptica mais alargada. Alargada do lado de cá, procurando parceiros noutros países, e do lado de lá, pois no relacionamento com os PALOP não devemos ter em vista apenas o mercado de cada um deles, mas sim a sua inserção regional. Todos os países têm tendência para se integrar em mercados regionais que vão ficar com as fronteiras cada vez mais abertas e, portanto, não se pode pensar apenas no mercado limitado às fronteiras de cada um. Nós estamos neste momento a arrancar com três estudos de oportunidade para as empresas portuguesas em África e que já serão feitos nesta óptica: um associando Moçambique à África do Sul, outro associando Angola à Namíbia, e outro associando Cabo Verde à Guiné-Bissau e ao Senegal. São estudos baseados no levantamento de dados objectivos.

Os projectos para o próximo ano

P. — Quer falar-nos de projectos para o próximo ano, nomeadamente o da aproximação aos mercados africanos em parceria com outros países?

R. — Relativamente às missões com outros países, estamos na fase preliminar da preparação de uma com empresários finlandeses. A nossa ideia vem do facto de haver um conjunto de empre-



Acabou a política do «queimar etapas»

sários finlandeses que têm projectos concretos, neste caso para Angola, e pretendem parcerias com empresas portuguesas. Terão que vir a Portugal acordar as condições de abordagem do mercado em conjunto e só depois iremos juntos a Angola. Isto terá de ser rodeado de muitos cuidados, se não podemos estar apenas a facilitar o caminho de outros. A ideia é juntarmos potencialidades numa parceria equilibrada.

P. — Têm outros países em vista, além da Finlândia?

R. — Temos outros países em vista, mas estamos ainda numa fase muito preliminar, pois a ideia é encontrar parceiros em que as complementaridades sejam mais fortes. Para já, admitimos que as complementaridades serão maiores com países nórdicos. Mas antes de consolidarmos esta experiência com a Finlândia, para Angola, não vamos avançar com mais nenhuma.

P. — E as missões de empresários? Vão continuar?

R. — No próximo ano vamos alterar um pouco a nossa forma de trabalhar. Vamos procurar identificar nas empresas portuguesas os seus projectos de internacionalização, saber em que é que as podemos ajudar para a sua concretização e tentar organizar missões específicas, mais reduzidas, com propósitos claramente identificados. Escolheremos para cada missão empresas com problemas idênticos, que não sejam concorrentes, para as podermos apoiar objectivamente no terreno. Eu diria que é uma nova etapa no nosso trabalho.

A conversa com eng^o Carvalho Pereira foi muito mais longa e nela abordámos outros aspectos da actividade da AIP na sua competente de cooperação com África, nomeadamente os da cooperação com as associações suas congéneres africanas e as numerosas acções de formação já realizadas e a realizar. Mas a isso voltaremos noutra oportunidade.

O NOSSO entrevistado é economista e consultor de um muito grande grupo de empresas desde sempre ligado a África — à África por onde os portugueses mais andaram, entenda-se.

Fomos ouvi-lo porque estamos em tempo de balanço. E não só porque o fim do ano se aproxima mas também porque o ano que ainda decorre é daqueles propícios a fazer pontos de situação tantas foram as sacudidas que deu na História. Na nossa também, como só não verão os muito distraídos.

Chama-se Parcídio Costa, é economista como já se disse, esteve em África vinte anos — de 1960 a 1980. Em Moçambique para sermos mais precisos. Quando lá chegou, foi colocado em Tete, na então chamada Missão do Zambeze que naqueles longes cuidava de um elefante que já teve vários nomes, mas ao tempo se chamava Cabora Bassa. Desceu depois para a capital, Lourenço Marques, onde passou sucessivamente pela Junta de Povoamento, pelos Serviços de Planeamento, pela Associação Industrial de Moçambique e pelos Serviços de Estatística que diri-

giu. De caminho, foi consultor de várias empresas e deu aulas na universidade local.

A eficiência do investimento

«O Jornal-África» — Agora que parece definitivamente a paz na Namíbia, que foi assinado um acordo de paz para Angola, que se negocia — ou pretende negociar — um instrumento semelhante para Moçambique e que a África do Sul está num processo de viragem da sua filosofia política, fala-se muito do futuro da região. E fala-se muito do relançamento do desenvolvimento que esteve parado e foi muito prejudicado pelas guerras ou pelos sistemas. Dai esta primeira pergunta: o desenvolvimento da África Austral depende agora do investimento maciço que lá possa ser feito?

Dr. Parcídio Costa — Eu penso que o problema do desenvolvimento africano não é susceptível de beneficiar daquilo que se supunha na década de sessenta ser o método adequado: o chamado «queimar etapas». E, por consequência, os investimentos maciços ou pelo menos muito intensos de qualquer origem exterior não irão alterar substancialmente os hábitos caldeados de cultura e esta é que necessita de evoluir no sentido de um desenvolvimento. Isto não significa que, de facto, não possa haver bolsas de crescimento: zonas restritas de crescimento económico.

O desenvolvimento é um fenómeno muito complexo, cada vez — penso eu — menos isolável da sua componente económica e profundamente ligado à sua componente cultural. O desenvolvimento africano teria muito mais a ganhar com uma escolarização intensa, uma mudança radical dos hábitos e das estruturas mentais. E a estrutura mental, que é a mais rígida de todas, é a mais difícil e lenta de alterar. Não será, portanto, a injeção de capitais que de momento e muito rapidamente possa vir alterar o estado de coisas.

P. — Esse raciocínio aplica-se também a uma República da África do Sul democratizada? Quer dizer, em que toda a população participe na globalidade da vida do país?

R. — A África do Sul é realmente um caso que eu diria impar no contexto africano porque a África do Sul tem uma população branca à roda de cinco milhões de habitantes, profundamente diferente em termos culturais das populações negras, sobretudo das populações que para lá emigram em busca de trabalho e que constituem a sua mão-de-obra barata. Imigrantes que podem ser até um «handicap», porque a África do Sul — e sucedeu isso com Portugal — baseando a sua estrutura produtiva na mão-de-obra barata, pode até ter perdas em termos de produtividade de certo modo graves.

P. — Fala-se por vezes de que a desestabilização que existe há vários anos já na África Austral decorre do desejo da África do Sul de, apesar dos seus problemas económicos decorrentes principalmente do aumento dos custos e da falta de produtividade no seu até aqui importantíssimo sector mineiro e das carências crescentes de água e de energia, pretender manter a liderança, pelo menos em termos de serviços, dos países ao sul do Equador. Será assim?

R. — País líder em termos de serviços e até noutros termos, penso que é uma posição que a África do Sul irá continuar a ocupar. Aliás, o caso de Moçambique era bem claro. Uma boa parte da indústria e da actividade económica moçambicana existia porque tinha, a poucas horas, o recurso ao mercado da África do Sul.

P. — Será então verdade que a desestabilização que tem havido à roda da África do Sul, não permitindo o desenvolvimento dos países limítrofes, lhe convém?

R. — É muito difícil saber o que convém à África do Sul.

E isto porque ela tem clivagem onde as conveniências de um grupo não serão as conveniências de outro. Mas em minha opinião, e optimisticamente, penso que convém à aquilo que, abstractamente, poderemos imaginar como sendo a África do Sul. Isto é, com os seus 25 ou 26 milhões de população branca, que, seja como for, são culturalmente profundamente diferentes. Mesmo as suas populações dos outros países africanos, até daqueles que estão praticamente encravados no território sul-africano.

P. — Fala-se muito agora da democratização dos países africanos. E quando se fala nessa democratização sonha-se com uma democratização à europeia. Acredita que uma democratização, tal como a entendemos na Europa, servirá às estruturas africanas?

R. — Não acredito que



serva. E não acredito, porque a democracia terá de nascer da própria cultura africana que é, como venho insistindo, profundamente diferente. Aliás, a democracia que se pratica na Europa e que se procura para modelo do mundo inteiro, terá ela própria de sofrer profundas adaptações, que, ali, terão sempre de passar pela cultura local.

P. — Uma das críticas que se faz à transposição para África da democracia à europeia é o facto de ela ir ali privilegiar os grandes grupos, étnicos ou religiosos, que não são, regra geral, os mais capazes em

termos culturais, atirando para segundo plano as minorias — mesmo africanas — onde normalmente se encontram as populações mais bem preparadas. Pensa que isso pode suceder?

R. — Penso que sim. Penso que se corre esse risco.

P. — Mesmo na África do Sul, apesar da diferença, que já fez notar, das capacidades das populações negras?

R. Na África do Sul penso que o risco será menor.

P. — Quando o Banco Mundial, através de uma das suas publicações, diz que Moçambique foi nos últimos cinco anos um dos dez países africanos que mais investimento externo receberam, o que significa isso para si?

R. — Eu gostava de saber como é que mediram todos os países africanos para classificar dez como os que receberam maior investimento. Não sei, portanto, como esses números foram obtidos. Mas, de qualquer modo, mesmo que assim seja, não penso que esse investimento venha a ter uma influência decisiva na evolução dos países africanos beneficiados.

P. — A sua vivência em África deu-lhe o conhecimento suficiente de países como Angola e Moçambique para saber que existem ali grandes potencialidades que estão ainda por explorar. Pensa que, a curto prazo, essas potencialidades poderão ser desenvolvidas?

R. — Penso que não. E penso que não porque nós temos uma ideia de potencia-

lidade onde está excluído o elemento humano. Ora o elemento humano é de longe o mais dinâmico ou pelo menos o mais influente na evolução desses países. E, normalmente, o que se pensa como sendo as potencialidades? É o aproveitamento das águas existentes em Moçambique, para as quais contribui um terço das chuvas que caem em todo o Continente africano? Ora uma coisa é fazer as barragens, outra é aproveitá-las correctamente. O caso de Cabora Bassa é disto típico. A Niassalândia (hoje Malawi) tinha capacidades de energia, resultantes do lago Niassa, onde só em Kura Falls, com um desnível de umas centenas de metros, podia ser produzida energia para a África inteira — teoricamente, claro — sendo apenas questão de deixar cair para lá as águas do lago. E, naturalmente, com um empreendimento de muito menores custos. Daí o difícil que é justificar o empreendimento de Cabora Bassa ali mesmo ao pé, onde se fez uma coisa que nunca se tinha feito no mundo: produzir energia a mil e quinhentos quilómetros do local da sua utilização. Uma coisa que nunca se tinha feito e, em termos económicos, continua a ser muito discutível.

P. — Mas a intenção de Cabora Bassa parece não ter sido económica?

R. Sim. Parece que não teria sido uma intenção económica. Mas como intenção militar também falhou rotundamente porque, de facto, não alterou a evolução da guerra.

BM recomenda medidas de excepção para África

OS ENCARGOS da dívida externa são ainda muito pesados em vários países do Terceiro Mundo, considera o último estudo elaborado pelo Banco Mundial sobre a evolução da dívida. O relatório destaca a situação de África, mas refere que, na generalidade dos casos, há necessidade de auxílio por parte dos países ricos. A União Soviética não é um país "severamente endividado", ainda que sofra de um problema de liquidez por causa da sua "desintegração política e económica", referiu Larry Summers, vice-presidente do Banco.

O total da dívida externa dos países em desenvolvimento manteve-se praticamente sem alteração, em 1991, devendo fixar-se nos 1,351 mil milhões de dólares, contra 1,355 mil milhões (cerca de 200 mil milhões de contos) registados no ano anterior, o que revela um ligeiro melhoramento da situação. O estudo confirma também que foi em 1987 que se registou o último grande aumento da dívida.

Um pequeno grupo de países, que inclui o México, Chile e Venezuela, tirou partido do "Plano Brady" para conseguir uma redução da dívida aos bancos comerciais e encontrar acesso aos mercados de capitais mundiais.

Para as nações mais pobres, nomeadamente da África sub-saariana, os peritos do Banco Mundial recomendam a adopção rápida de "medidas de excepção". Na África sub-saariana a dívida externa triplicou desde 1980, passando de 56 mil milhões de dólares para 176 mil milhões, facto que, de acordo com o estudo da instituição, "trava o desenvolvimento na região". ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 DE DEZEMBRO DE 1991

Ministros do Ambiente dos PALOP estão hoje reunidos em Bissau

O ministro Carlos Borrego participa hoje, em Bissau, numa reunião de ministros do Ambiente dos países africanos de língua oficial portuguesa, PALOP. Carlos Borrego, que está em Bissau desde sábado, disse que a reunião de hoje visa encontrar uma posição comum a submeter pelo grupo lusófono à Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento, que decorrerá no Rio de Janeiro, por iniciativa da ONU, em Junho. Um dos temas em análise refere-se à procura de novas fontes de financiamento para a cooperação na área do ambiente e a transferência de tecnologia.

Savimbi apela à desobediência civil

PÚBLICO
QUARTA-FEIRA, 11 DEZEMBRO 1991

ENQUANTO Jonas Savimbi, líder da UNITA, incita à desobediência civil, o Presidente José Eduardo dos Santos lança apelos à harmonia, concórdia e tolerância, na sequência de alguns incidentes que têm ocorrido em Angola.

O Presidente anunciou ontem ter enviado cartas a todos os partidos políticos, propondo-lhes uma reunião multipartidária sobre as diversas preocupações existentes neste período de transição que vai durar até às eleições de Setembro do próximo ano.

José Eduardo dos Santos disse que tal reunião teria como objectivos fundamentais criar uma comissão ou conselho para supervisionar o processo eleitoral e um Conselho Nacional de Comunicação Social, que velasse pela isenção dos órgãos estatais e trabalhasse para a pacificação dos espíritos.

O Chefe do Estado anunciou este propósito ao inaugurar um projecto social, construído com o concurso da empresa portuguesa Tecnocarro; e disse que "só com harmonia e concórdia social" é que se poderá, "em Setembro de 1992", decidir livremente o destino de Angola.

O Presidente da República considerou que os acordos de paz conseguidos em Portugal e a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) são insuficientes para dar resposta a todos os problemas que os angolanos vivem, pelo que seria necessária a reunião multipartidária (uma

forma, também, de evitar a bipolarização).

A Comissão Política da UNITA dissera que garantiria a realização de eleições em Setembro, mesmo que não houvesse anuência do Governo, o que foi visto como um ultimato às autoridades.

Jonas Savimbi afirmou no domingo, em Luanda, que os cidadãos são livres de fazer ocupações anárquicas das casas desde que não tenham onde residir. E essa afirmação surgiu na sequência dos incidentes no Lobito, onde quatro pessoas morreram quando a polícia tentou desalojar os simpatizantes da UNITA que se haviam instalado num hotel e em dois armazéns.

Segundo determinados observadores, a UNITA procura aparentemente criar uma situação de desobediência civil e um clima de anarquia que eventualmente facilitassem alguma tentativa de golpe de Estado.

Daniel Chipenda, uma figura histórica da luta anti-colonial e actual embaixador no Cairo, disse em Luanda que Savimbi está a aproveitar os acordos de paz para atingir os seus objectivos pessoais de "tomada do poder a qualquer custo".

Entretanto, equipas da Comissão para a Formação das Forças Armadas deslocam-se esta semana ao Huambo, a fim de verem os preparativos do primeiro curso de instrutores do futuro Exército. ■

Vitor Silva, em Luanda

EXPRESSO, SÁBADO 14 DE DEZEMBRO DE 1991

Angola: investir na pré- formação

«O BAIXO custo da mão-de-obra angolana funciona como um atractivo, mas é na verdade uma ilusão. O nível de escolaridade e o meio em que estão inseridos os operários impede-os de assimilar um programa de formação profissional. Eles precisam sobretudo de pré- formação», afirma Luís Amorim, finalista de Sociologia do Trabalho no ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas) da Universidade Técnica de Lisboa, no regresso de uma viagem de estudo a Angola, a convite do Ministério da Indústria local. Luís Amorim integrou um grupo constituído por seis finalistas e um professor de Sociologia do Trabalho do ISCSP, que estudaram durante um mês as condições de vida e de trabalho e as necessidades de formação profissional dos operários de duas empresas estatais angolanas nos arredores de Luanda.

Além das deficiências detectadas ao nível da formação profissional, que condicionam, em sua opinião, o sucesso de uma empresa que recorra a mão-de-obra intensiva, os referidos investigadores depararam com um excesso de efectivos e um nível de

subemprego significativos nas duas empresas visitadas.

«Os operários e quadros estão mal preparados, não é feita qualquer avaliação de desempenho e é necessário reestruturar as categorias dentro das empresas», frisa Mariana Aragão, do mesmo grupo de estudo do ISCSP, salientando ainda a existência de graves problemas de disciplina, absentismo, alcoolismo, roubo e corrupção nas empresas. «As chefias não repreendem porque têm medo de represálias físicas e até de eventuais feitiços lançados pelos operários», precisa.

Relativamente às condições de trabalho e de vida dos operários, o grupo de estudo do ISCSP identificou graves carências ao nível da segurança no trabalho, salários (parte dos quais é pago em géneros produzidos pela própria fábrica), alimentação («não é a melhor, mas é uma forma dos operários não faltarem») e assistência médica. «A grande maioria destes operários vive no 'musseque' (bairro de lata), em casa rudimentares, sem água, sem luz e com lixeiras ao ar livre», acrescenta Mariana Aragão.

PÚBLICO
SEGUNDA-FEIRA, 16 DEZEMBRO 1991

Savimbi aceita União Nacional

O PRESIDENTE da UNITA, Jonas Savimbi, declarou à agência France Presse que o seu movimento tem "boas possibilidades" de ganhar as eleições angolanas de 1992 e que tenciona formar um Governo de União Nacional.

"Convirá unificar todas as sensibilidades políticas, pois será necessária uma política de abertura. Tenho em vista um Governo com ministros do MPLA e de outras formações" — disse Savimbi, numa posição agora bastante diferente da que tinha em Novembro, quando falou na província do Bié.

No dia 7 deste mês a Comissão Política já tinha recomendado à direcção da UNITA que procurasse as vias de cooperação com "qualquer força política

autêntica de oposição ao regime". E Savimbi foi agora mais longe, dizendo que preconiza um Governo de União Nacional.

Há três semanas aquele político ainda afirmava que o seu grupo conquistaria a maioria nas eleições e governaria sozinho ou então iria para a oposição, enquanto outras formações preconizavam o diálogo e a conciliação.

Por outro lado, na sua entrevista à France Presse, Jonas Savimbi — que se declarou disposto a aceitar a decisão do eleitorado, seja ela qual for — condenou o facto de o actual Governo angolano ter, segundo ele, vendido por antecipação importantes quantidades de petróleo, com contratos de fornecimento que vão até 1994. ■

PÚBLICO
DOMINGO, 15 DE DEZEMBRO 1991

Telecine numa emissão via satélite para Angola

A TELEVISÃO Popular de Angola (TPA) iniciou ontem as suas transmissões em directo, via satélite, para todo o país, assinalando o facto, ao longo do dia, com uma emissão especial na qual participou a produtora portuguesa de televisão "Telecine".

A emissão realizada de Portugal contou com as presenças do embaixador angola-

no em Lisboa, Rui Mingas, e de outras personalidades angolanas que exercem a sua actividade em Portugal, entre as quais a artista plástica Filomena Coquenao e o basquetebolista Jean-Jacques.

A Telecine, que mantém um acordo de cooperação com a TPA há seis anos, é responsável pela legendagem de várias séries estrangeiras exibidas pela

televisão angolana e por uma colaboração regular em matéria de produção vídeo.

A TPA — que já transmitia para quase todo o país recorrendo a emissões gravadas em Luanda e retransmitidas depois nas outras delegações — passa agora a poder enviar o seu sinal, em directo, para um território 14,5 vezes maior do que Portugal. ■

A UNITA contemporiza

PUBLICO SÁBADO 14 DEZEMBRO 1991

O LÍDER da UNITA, Jonas Savimbi, contemporizou ontem em relação a algumas das suas atitudes dos últimos dias; minimizou incidentes recentes, disse que o processo de paz está a correr bem e que não voltará a haver guerra em Angola.

No entanto, aquela entidade não vai participar na reunião multipartidária proposta pelo Governo e já aceite pelas demais forças da oposição.

Savimbi esteve ontem no Futungo de Belas, onde funciona a chefia do Estado, a alguns quilómetros de Luanda, e disse ao Presidente José Eduardo dos

Santos que "a UNITA não tem necessidade de participar na reunião multipartidária".

No entanto, assegurou que o seu movimento não está de forma alguma contra a iniciativa presidencial e que contribuirá, tanto em contactos bilaterais como na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), para o êxito do processo de democratização e para a verdadeira pacificação do país.

O chefe da UNITA foi recebido pelo Presidente da República, pela segunda vez desde o seu regresso a Luanda, vindo da Jamba, e durante 65 minutos

debateu com ele assuntos relacionados com a extensão da administração central a todo o território de Angola, com a reunião multipartidária e com a situação em Cabinda.

Visivelmente emocionado, Savimbi disse depois aos jornalistas: "Não há problemas. Todas as vezes que discutimos com o Presidente da República entendemo-nos bem".

Afirmou que os angolanos estão a dar mostras de uma grande maioria e civismo, porque ainda não houve nenhuma grande infração dos acordos de paz nem conflitos parti-

cularmente graves entre as forças do Governo e as da UNITA.

Em rectificação de anteriores declarações, muito polémicas, veio agora observar que "jamais fizera um discurso para que as populações se apoderassem das casas". E logo esclareceu que o Presidente José Eduardo dos Santos está de acordo em que "as populações que regressam das matas têm direito a casa".

A UNITA esteve entretanto ausente de um debate radiofónico que envolveu uma vintena de formações políticas, todas elas confirmando a sua partici-

pação e interesse na reunião multipartidária.

Ao lado do movimento de Savimbi apenas se posicionou a União Nacional para a Democracia (UND), que entretanto reclama a participação dos demais partidos na CCPM, por ora reservada ao MPLA e à UNITA, bem como a observadores de Portugal, Estados Unidos e União Soviética.

Durante a última semana notaram-se indícios de a generalidade das forças políticas angolanas tender mais a simpatizar com algumas posições do Governo do que com certas atitudes da UNITA.

Enquanto isto, o regresso de 52.000 refugiados angolanos da vizinha Zâmbia foi adiado até Abril, devido ao mau estado das estradas e à existência de minas na zona de algumas aldeias. ■

Vitor Silva, em Luanda

Acordos de paz em Angola

PUBLICO SEXTA-FEIRA, 13 DEZEMBRO 1991

Observadores querem apressar processo

OS OBSERVADORES estrangeiros e o comando da UNAVEM II, preocupados com os atrasos que se registam na aplicação dos acordos de paz em Angola, propuseram ao Governo e à UNITA que acantonem as tropas até ao próximo dia 20 e que se intensifiquem os preparativos para as eleições do próximo ano.

A proposta foi entregue às partes durante a sessão da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), que reuniu finalmente na quarta-feira, após um longo período de inactividade.

Paulo Lucamba, porta-voz da UNITA, disse não haver crise na CCPM e que ela não passa de

especulação da Imprensa, reafirmando a disposição das partes de continuar a levar a bom porto os acordos de Bicesse. Esta opinião contrária, contudo, a ideia geral e mesmo as posições que ambos os lados vêm tomando nos últimos tempos.

Enquanto a Comissão Política da UNITA apreciou, na sua recente reunião em Luanda, os motivos dos atrasos, o Governo tem responsabilizado a outra parte pela paralisia que se regista nos trabalhos, nomeadamente na extensão da administração central a todo o território e na libertação dos prisioneiros de guerra.

Também os observadores estrangeiros estiveram muito activos nas últimas semanas, procurando encontrar pontos de acordo para que as partes voltassem à CCPM. Aliás, a proposta que apresentaram na reunião de quarta-feira é sintomática das diligências feitas para superar o impasse.

Fonte próxima das reuniões disse ao PUBLICO que os observadores propuseram que o acantonamento se conclua quanto antes, face à degradação das condições nas áreas de localização e que o armamento existente nos pontos seja transferido para o controlo dos grupos da

Comissão Mista de Verificação e Fiscalização, para posterior entrega às Forças Armadas Angolanas.

A proposta refere ainda que as tropas não devem permanecer indefinidamente nas áreas de acantonamento, pelo que se impõe a implementação urgente de programas de desmobilização dos efectivos. Segundo o porta-voz da UNITA, registam-se muitas deserções das áreas de acantonamento, sobretudo do lado das tropas governamentais, estando o programa cumprido em 71 por cento para as FALA e em 64 por cento para as FAPLA. ■

Vitor Silva, em Luanda

UNITA rejeita propostas

O COMITÉ Permanente da Comissão Política da UNITA rejeitou ontem a proposta do Presidente José Eduardo dos Santos relativa a um encontro multipartidário com todas as forças políticas, considerando que as competências da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) não são suficientes para garantir a pacificação do país. O movimento liderado por Jonas Savimbi recusou energicamente o convite, opondo-se ao "corteziamento" dos Acordos de Bicesse e manifestando a sua "determinação" em defender a CCPM "pois fazendo-o, defende a democracia". Discursando domingo em Luanda, Savimbi afirmou que, além de incitar às greves e à ocupação anárquica de imóveis, as autoridades não estão interessadas no funcionamento da Comissão, para adiar a data das eleições. Savimbi respondia assim ao Presidente Eduardo dos Santos, segundo o qual os Acordos de Bicesse e a CCPM "são insuficientes para dar resposta a todas as aspirações e vontades políticas e não são", motivo pelo qual decidiu enviar cartas aos diferentes partidos para a realização de uma reunião multipartidária "que consagre a criação dos instrumentos legais necessários para regular o processo de transição até à realização de eleições multipartidárias, em Setembro de 1992". O chefe de Estado disse ainda pensar que a CCPM "não é um instrumento suficiente para resolver os problemas com que se debate o país" e que no quadro da pacificação e democratização nacional "há na altura duas resoluções que podem sair desde logo desta reunião, nomeadamente o Conselho Nacional Eleitoral e o Conselho da Comunicação Social. Jonny Pinock Eduardo, vice-ministro das Relações Exteriores para a Cooperação, que não quis ficar ausente do diferendo, disse por seu turno que a reunião não tem nada a ver com a conferência nacional soberana por vários partidos, que ela vem na esteira de contactos que o Presidente manteve com as diversas forças políticas, mas nunca será soberana. ■

Cosec aumenta crédito a Angola

A COSEC-Companhia de Seguros de Crédito e o Banco de Angola deverão assinar, «muito provavelmente em Janeiro», uma adenda à convenção suscrita em Abril pelos dois governos, destinada ao «aumento do 'plafond' de risco de crédito» para investimentos em Angola, anunciou ao EXPRESSO o presidente do conselho de administração da COSEC, Alberto Regueira.

Segundo este responsável, a COSEC dispõe actualmente de um crédito superior a 100 milhões de dólares, até ao momento não utilizados, para investimentos «nas áreas dos bens de equipamentos e serviços», pelo que, apesar deste aumento, «Portugal é de longe o país que mais tem arriscado» nos investimentos em Angola.

Alberto Regueira fez estas afirmações no decurso de um encontro sobre negócios em África, promovido pela Siemens portuguesa, para o qual foram convidadas empresas dos sectores das telecomunicações e de transporte e distribuição de energia.

Castro Mata, director da divisão de exportação da Siemens, disse ao EXPRESSO que a iniciativa, realizada na quarta-feira, teve por objectivo «promover o diálogo» entre as diversas empresas interessadas em investir em Angola e considerou as áreas das telecomunicações e energia prioritárias para a recuperação económica deste país. «É uma corrida de fundo e nós estamos para ficar», explicou o responsável pelo sector de exportação da Siemens, que adiantou estar a empresa em negociações com o Governo angolano para «a reabilitação de uma central de distribuição de energia eléctrica, situada na zona centro de Angola».

O risco do financiamento de projectos de investimentos naquele país foi, no entanto, o centro do diálogo entre os empresários. Coube a Pereira Dias, presidente do conselho de administração da Tradingpor, o melhor enquadramento da situação. Em tom irónico referiu: «Só o Estado português garante financiamentos para Angola. É verdade, conheci outros, mas já

fallir am...» Pereira Dias, que mostrou apesar de tudo uma visão optimista do desenvolvimento dos negócios em Angola, lançou o reptio à Siemens: «É necessário partilhar o risco». E sendo esta empresa uma multinacional alemã, nada obsta a que a Hermes — congénere da COSEC — participe segurando os riscos de futuros investimentos a realizar em Angola.

Uma ideia que foi suscitada por Castro Mata e Alberto Regueira, embora este último saliente que não tem uma visão «optimista quanto aos pagamentos» por parte do Governo angolano: «Não sei o que se passará daqui a dez anos. Estamos no domínio do imprevisível». O representante da Telecom nesta reunião, Eriarte Esteves, salientou, por seu turno, que, para concretizar investimentos nas áreas das telecomunicações e energia, é necessária «a conjugação de esforços para aparecer em Angola com um projecto credível».

Segundo dados constantes do Relatório e Contas relativo a 1990, as exportações da Siemens portuguesa para os PALOP foram apenas de cerca 3 por cento, num total de exportações que alcançou os 30 por cento. Embora estes resultados não tenham sido animadores, Castro Mata está confiante no crescimento e importância da sua empresa naquelas áreas: «De Portugal para Angola a Siemens é a porta para lá chegar», sublinha.

Celso Filipe

14 DEZ 91

Mensagens angolanas

O embaixador de Angola entregou ontem à noite a Mário Soares duas mensagens do presidente José Eduardo dos Santos. A resposta à carta enviada por Soares ao seu homólogo angolano a propósito do massacre de Timor e a marcação da visita do presidente português a Angola deverão ser, segundo as fontes do Semanário, os temas das cartas.

Banco Mundial recupera Luanda

13.12.1991

O JORNAL

Intersismet, e o outro liderado pela ORTSAN/GESPLAN, em conjunto com as empresas francesas Sogreah e Saur, o que prova, aliás, a capacidade das empresas portuguesas.

Após a apreciação das propostas técnica e financeira dos concorrentes e escolhido o consórcio a quem será entregue o estudo, o que se prevê aconteça durante o mês corrente, a obra propriamente dita tem como previsão para o seu início o segundo trimestre do próximo ano. ▽

Mundial, que se prontificou a subsidiar a obra.

Nestas condições, foi aberta pelo Comissariado Provincial de Luanda uma pré-qualificação de empresas para o estudo da recuperação das infra-estruturas da rede de distribuição de água, esgotos e lixos de Luanda, à qual apresentaram propostas de consultadoria sete grupos de empresas internacionais, entre os quais se contam dois portugueses, um liderado pela EPAL e que inclui a Coba, a EPUL, a Hidroprojecto e a

saneamento básico, abastecimento de água, escoamento e tratamento de lixos, porquanto elas já em 1974 estariam a atingir a saturação. Para mais, é conhecido o factor clima da região, o qual, na altura das chuvas provocava, já nesse tempo, enormes inundações por falta de estruturas de escoamento das águas pluviais. Perante esta realidade e a grande dimensão do investimento necessário à resolução deste magno problema, o governo angolano apelou para o auxílio do Banco

trução das infra-estruturas básicas de Luanda, capital do país e cidade que, pelo êxodo provocado pela guerra, viu a sua população aumentada de tal forma que hoje conta com cerca de um milhão e meio de habitantes. Deve referir-se que na altura da independência a população de Luanda não chegaria a um terço daquele número.

Em resultado dessa realidade, quase se poderia considerar natural a situação de descalabro sanitário que atingiu as infra-estruturas de

nova mentalidade de trabalho se torna inviável.

Mau grado as ofertas de auxílio da comunidade internacional, de tal forma é esmagador o panorama das carências criadas pelas destruições de mais de 20 anos de guerra, que logo a primeira dificuldade que surge é a de como e por onde começar. Assim, antes de mais, haverá que estabelecer um cuidado programa de prioridades. E elas são imensas.

Entre elas, no entanto, é visível desde logo a recons-

ENTRE os inúmeros problemas que a imensa tarefa de reconstrução de Angola coloca ao governo e ao povo daquele grande país africano, destaca-se como absolutamente indispensável a criação e reconstrução das infra-estruturas, sem as quais qualquer hipótese de desenvolvimento corre o risco evidente de insucesso.

E isto porque é óbvio que sem condições de vida para as populações, qualquer política de incremento a uma

Empresas portuguesas concorrem a grande projecto em Angola

Com o grande aumento populacional que Luanda conheceu com a guerra, o saneamento básico e o abastecimento de água entrou em quase total ruptura. Agora, com o auxílio do Banco Mundial, as estruturas vão ser reconstruídas e ampliadas e dois consórcios liderados por portugueses vão estudar a solução.

OUTRO dos consórcios liderados por portugueses, além da EPAL, pré-qualificado para o «Estudo de Reabilitação do Abastecimento de Água, Águas Residuais, Águas Pluviais e Deposição de Resíduos Sólidos» em Luanda, é constituído pela Ortsan/Gesplan, Lda., com sede em Lisboa, e pelas empresas francesas Sogreah Ingénierie e a Saur-Afrique.

A primeira, é uma empresa portuguesa amplamente especializada na área do abastecimento de água e esgotos, não só de norte a sul de Portugal como no estrangeiro, com capacidade de mobilização de um vasto número de especialistas, com experiência profissional em Angola e Moçambique na área de estudos e assistência técnica. Aliás, no primeiro daqueles países a

Ortsan/Gesplan já antes de 1972 realizou as terraplenagens do autódromo de Luanda, e, nesse ano, efectuou os estudos para a estrutura do abastecimento de água em Santo António do Zaire. Mais tarde, em 1974, em Tusal, efectuou o mesmo trabalho para 75 mil habitantes.

Por sua vez, a Sogreah Ingénierie tem particular experiência no que diz respeito à reabilitação e melhoramento de projectos de infra-estruturas urbanas. Nos últimos dez anos, a Sogreah participou ou tem participado na reabilitação de instalações de abastecimento de água e esgotos a grandes cidades como, por exemplo, Yaounde, Lomé, Amã, Constantine, Jacarta, Istambul, Cidade de Guatemala, Annaba e Paris. A empresa realizou a maior parte destes projectos em conjunto com outras empresas operadoras no

sector da água, nos aspectos institucionais e organizacionais.

Por forma a complementar a sua competência, as duas firmas consultoras acima apresentadas decidiram incorporar no seu grupo, como empresa associada, a Saur-Afrique (Société d'Aménagement Urbain et Rural), a maior companhia privada de água e esgotos que presentemente opera em África (Senegal, Chade, Zaire, Moçambique, Guiné-Bissau). Por outro lado, esta empresa encontra-se já presente em Angola, onde tem vindo a prestar assistência técnica à EPAL — Empresa Pública de Águas de Luanda, pelo que a sua experiência terá papel de relevo também na assistência aos estudos organizacionais do projecto.

Finalmente, para garantir que a realização do projecto seja efectuada estritamente de acordo com os termos de referência, o consórcio organizou cuidadosamente a equipa e seleccionou rigorosamente o seu director.

Entre as muitas componentes que o projecto inclui, a fundamental, no entanto, assenta na recolha e encaminhamento adequado da enorme quantidade dos lixos

que uma cidade como Luanda, com mais de milhão e meio de habitantes, produz continuamente. Para mais sem infra-estruturas devidamente operacionais, facto que tem estado a provocar grave deterioração do ambiente.

É assim que o estudo da situação terá de proceder à avaliação do território para concluir quais são as bases para dimensionar os respectivos sistemas.

Por outro lado, outro factor a estudar é, também, o facto das duas entidades do sector — a Direcção Nacional de Águas, que é quem gere a política da água em Angola, e a EPAL, de Luanda, que é a produtora e distribuidora da água na cidade — estarem muito necessitadas de quadros de assistência técnica. Nestas condições, o Banco Mundial comprometeu-se de uma forma muito apreciável no sentido de empresas especialistas se instalarem em Luanda, durante dois anos, para prestarem assistência técnica. Essa é, de resto, outra componente do concurso.

«A Ortsan/Gesplan, para além do seu "staff" técnico, recrutou para estes estudos especialistas altamente con-

ceituados, um dos quais, reconhecido internacionalmente, está indicado para prestar assistência na Direcção Nacional de Águas de Angola, enquanto a Sogreah, no que diz respeito à concretização das obras, levará a já citada Saur, que já estava a trabalhar com a EPAL, de Luanda», refere Guida Negrão, administradora da empresa, juntamente com Amândio Pedroso, que, por sua vez, acrescenta que «outra componente, ainda, do concurso observa a própria organização das instituições. Ou seja, analisar, estudar e indicar soluções e discutilas com as entidades angolanas, ajudando depois a implementar essas soluções para a reorganização das próprias empresas locais, a EPAL e a ELISAL, esta última, encarregada dos lixos, é muito recente e deverá, portanto, necessitar de ampliação e ser equipada em meios humanos e técnicos».

Por outro lado, o eng. Pascoal Martins, director técnico da empresa, revela que «as obras de engenharia obrigam a um grande investimento. Para dar uma imagem da sua grandiosidade, houve já quem o qualificasse como um mini-Plano Marshall. E

isto é, só em Luanda, porquanto o governo angolano tem também outros empreendimentos em andamento noutras cidades». Em sua opinião, de acordo com o calendário previsto, «a adjudicação do estudo aponta para quem vencer o concurso terá que estar no campo à volta de Março/Abril».

13.12.1991 O JORNAL

Textáfria foi exemplo

Angola quer Fomento para recuperar têxteis

A recuperação da Textáfria pela Fomento (BPA) é apontada como um exemplo para todos os PALOP. Angola poderá ser já a nova etapa de cooperação técnica e financeira

DEPOIS DA recuperação da Textáfria, em Moçambique, que é apontada como um exemplo de cooperação técnica e empresarial entre Portugal e os PALOP, a Fomento, uma empresa do grupo BPA, prepara-se para actuar em Angola.

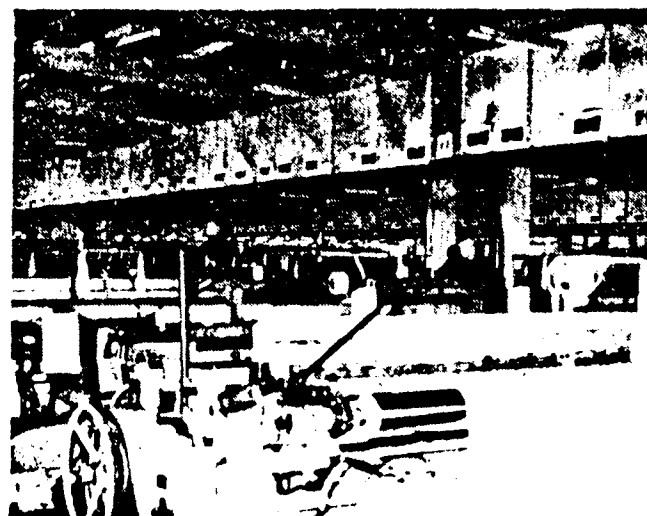
De acordo com António Fontes, administrador desta empresa, as autoridades angolanas vêem com bons olhos o exemplo moçambicano e já manifestaram o seu desejo de ser a Fomento a recuperar empresas têxteis naquele país africano.

Trata-se, ainda segundo António Fontes, de um processo que está em fase embrionária, mas que a Fomento tem todo o interesse em concretizar.

A Fomento iniciou a recuperação da textáfria, actualmente a primeira grande empresa privada moçambicana, em 1987, depois de estabelecido um protocolo com o governo moçambicano e no qual foram também intervenientes o Banco de Moçambique, a Textáfria, o Estado português e o Banco Português do Atlântico.

Para o efeito procedeu-se à transformação da Textáfria em sociedade de capital misto, ficando 40 por cento a pertencer ao Estado de Moçambique e 60 por cento à Fomento — Sociedade de Gestão, SA.

Os objectivos do projecto Textáfria podem sintetizar-se na reabilitação da unidade industrial do Chimoio (antiga Vila Pery); formação e



valorização da mão-de-obra moçambicana, integradas num Programa de Assistência Técnica Portuguesa, visando uma maior especialização dos quadros moçambicanos; modernização dos Sectores de Fiação, Tecelagem, Tinturaria e Acabamentos, em ordem à utilização integral da capacidade produtiva e desenvolvimento da vertente exportação; incremento do intercâmbio empresarial entre Moçambique e Portugal e alargamento das actividades, em especial ao sector agro-pecuario e ao

cultivo de algodão na zona do Chimoio, relançando estas áreas produtivas, tão importantes à economia de Moçambique.

Para esta operação, o BPA disponibilizou uma linha de crédito externo de US\$ 4 000 000,00, em sistema «revolving», com o aval da Fomento e que pelo seu carácter inovador, tem constituído uma eficiente forma de apoio ao desenvolvimento de todo o projecto.

Hoje, a Textáfria constitui uma resposta bem conseguida da cooperação, pela

forma como tem correspondido às necessidades de produção e de comercialização, no mercado interno e externo, quer em quantidade quer em qualidade.

Os resultados obtidos decorreram de acções coordenadas, com preponderância para a recuperação e modernização parcial dos equipamentos, de acordo com as prioridades que foram definidas num estudo prévio e para a elaboração de um plano director global visando: a criação de produtos com procura internacional, de maior valor acrescentado, mais adaptáveis ao equipamento disponível, e de uma melhor rentabilidade; a redução da variedade de produtos com destino ao mercado interno, limitando-os aos de maior procura e incorporação de valor acrescentado.

Isto para além de uma acção dirigida de marketing

para garantia do escoamento das exportações da Textáfria, até ao valor indispensável ao cumprimento das obrigações decorrentes da linha de financiamento «Revolving».

Complementarmente, a desejada e gradual autonomia nos aprovisionamentos da matéria-prima fundamental — o algodão — conduziu a acções que viabilizassem o seu cultivo em áreas próximas do complexo industrial, no Chimoio: em 1990, fase-teste numa área de +/- 500 ha a fim de determinar tipos e qualidades viáveis; em 1991, aumento da área de cultivo para +/- 1100/1200 ha, face aos resultados animadores da fase anterior e em 1992/93 a preparação de terrenos para um mínimo de 2600/3000 ha, indispensável para o nível de auto-suficiência e consequente verticalização, do processo produtivo.

Ano	Produção	Exportação
1987 (ano arranque)	4 700 00 m2	\$US 370 000
1988	6 200 000 m2	\$US 700 000
1989	7 800 000 m2	\$US 700 000
1990	13 500 000 m2	\$US 3 200 000
1991	15 000 000 m2	\$US 4 700 000

Televisão por satélite liga províncias de Angola

Metade das províncias de Angola podem, desde sábado, ver televisão. Para além de Luanda, Malanje e Kwanza-Norte — onde já chegava —, a emissão única da Televisão Popular de Angola (TPA) a partir de Luanda passou também a ser recebida em Benguela, Huambo, Bengo, Cabinda, Bié e Huíla.

Foi dia de festa nestas províncias quando, nos pequenos ecrãs, surgiram as primeiras imagens de um "programa especial nacional" destinado a assinalar o acontecimento e que se prolongou por mais de quatro horas.

A abrir a emissão, José Eduardo dos Santos leu uma mensagem em que se congratulava com os esforços feitos para que a TPA chegasse ao maior número pos-

sível de espectadores. O chefe de Estado aproveitaria a ocasião para anunciar que, em Março do próximo ano, o sinal deverá atingir todo o país, via satélite — facto que considerou vital, sobretudo para a campanha política e para o esclarecimento da população nas eleições de Setembro.

Presente, esteve ainda a Igreja Católica, convidada a abençoar o acto na pessoa do bispo de Angola, Alexandre do Nascimento, que leu uma mensagem. Aliás, os espectadores angolanos terão, a partir de agora, oportunidade, ao domingo de manhã, de assistir à celebração da missa. Mas a Igreja Católica não foi a única a abençoar a primeira emissão nacional da TPA, já que nos estúdios esteve também o bispo Emílio de Carvalho, da Igreja Metodista.

Uma mistura de animação e reportagem preencheu o tempo de emissão, destacando-se como principais atractivos o primeiro telejornal em directo e a extracção dos números do Totoloto. Ao longo da programação, membros do Governo e técnicos envolvidos na montagem foram sendo entrevistados. Um vasto leque de músicos angolanos teria a seu cargo a parte musical.

De Lisboa chegou igualmente o sinal, através da Telecine, com o programa em directo "Estamos Juntos. Francisco Simons, adido de imprensa da embaixada de Angola em Portugal e velho locutor de rádio e televisão, foi responsável pela coordenação. Ponto alto, a presença de conhecidas figuras angolanas radicadas em terras lusas, desde artistas musicais e

plásticos a desportistas.

Entre elas, destaque especial para Rui Mingas — embaixador angolano em Lisboa — que, a par de conversa política, interpretou alguns números do seu vasto reportório musical — facto digno de registo, pois há muitos anos que actual diplomata não era visto a actuar.

Uma programação "mais nacional"

A emissão em simultâneo da TPA vem pôr fim ao regime de transmissão de cassetes, que viajavam da capital angolana até estúdios locais da TPA em várias cidades. O sinal — de sentido único, impossibilitando as emissoras regionais de entrarem em cadeia nacional em directo — parte

de Luanda para a estação terrestre da Funda. Daqui, é enviado para o satélite e adaptado, depois, pelas antenas parabólicas nas províncias.

Esta primeira fase da transmissão televisiva por satélite em Angola, orçada em 55 mil dólares (cerca de 7,7 mil contos), foi possível graças a uma antecipação da utilização de um segmento do projecto Angosat, que deverá funcionar em 1993 e cobrirá a África Austral. Uma segunda fase, com custos previstos de três milhões de dólares, irá abranger o resto do país e contempla a construção de estações regionais em zonas onde estas ainda não existem, como a Lunda.

Desde sábado, as emissoras provinciais têm meia hora diária de programação local, que inclui um serviço noticioso e outro em língua da região, sendo toda a restante

emissão feita a partir de Luanda.

São neste momento motivo de atracção na programação da TPA a telenovela brasileira Rainha da Sucata, bem como várias séries — Jovens Médicos, A Bela e o Monstro, O Sítio do Pica-Pau Amarelo, a novela portuguesa Chuva na Areia, entre outras —, além dos espaços dedicados ao desporto, com várias transmissões em directo dos grandes acontecimentos europeus e até do Campeonato português de Futebol.

"Angola no Coração", uma música de Filipe Mukenga que é um hino à reconciliação de todos os angolanos divididos por longos anos de guerra, marcou o início e o fim de uma programação que, como dizem os seus promotores, é "agora mais nacional". ■

PUBLICO SÁBADO 14 DE ZIMBRO 1991

Marconi volta a Angola

ARute Vasco
Marconi está em negociações com a empresa de telecomunicações angolana, a Enatel, para a constituição de uma empresa mista. As negociações estão ainda numa fase embrionária, mas sabe-se já que a nova companhia actuará na área do serviço móvel terrestre, podendo posteriormente alargar-se a outros domínios.

Por outro lado, a Mar-

coni não coloca de parte a hipótese de vir a tomar participação na Enatel, quando o Governo angolano proceder à sua privatização. A expansão das actividades em Angola passa em grande parte por este cenário, mas não será tomada qualquer decisão antes da estabilização política em Luanda. Até lá, a Marconi continuará a prestar vários serviços de telecomunicações em Angola, sem que haja, no entanto, um vínculo permanente.

O "paging" vai ser uma das áreas em que a Marconi pretende apostar com mais força. Num reunião realizada ontem de manhã, os responsáveis da empresa, do Banco Português de Investimento (BPI) e da Telefonica, de Espanha, decidiram atribuir a Mendes Madeira, actualmente a exercer funções na Marconi SGPS, a presidência da Contactel, empresa constituída para a exploração da licença ao "paging".

Este concurso serviu de ponto de partida para uma cooperação mais estreita entre a Marconi e a Telefonica. Não existem ainda projectos concretos, mas os responsáveis das duas empresas pretendem intensificar as relações quer no mercado ibérico quer em outros negócios que se afigurem interessantes.

O despacho do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações referente ao concurso para obtenção de uma licença

de operador de "paging" é esperado para meados da próxima semana, mas a expectativa não é grande. As três licenças nacionais em concurso deverão, à partida, ser atribuídas aos três consórcios que apresentaram proposta. Para além de não existir uma real disputa, o mercado é tanto menos atractivo quanto maior for o número de operadores, tendo as empresas concorrentes entrado na corrida mais por questões estratégicas que comerciais. ■

O afundamento do PAICV

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

As eleições autárquicas de hoje em Cabo Verde poderão muito bem acentuar o afundamento para que o PAICV parece estar inclinado desde o início do ano, mas o MPD também deverá descer. Novas forças começam entretanto a delinear-se, incluindo uma Juventude Democrática que está a causar dores de cabeça ao poder.

Os cabo-verdianos voltam hoje às urnas, para eleições autárquicas que poderão assinalar uma descida do PAICV ainda superior à das legislativas de Janeiro e à das presidenciais de Fevereiro.

A campanha eleitoral acabou em festa, depois de ter decorrido de um modo geral sem grande entusiasmo popular e com os candidatos a difamarem-se uns aos outros, prevendo-se um razoável índice de abstenções.

O acto eleitoral de hoje é visto como um epílogo do ciclo de democratização da sociedade cabo-verdiana iniciado o ano passado, quando o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) decidiu aceitar o multipartidarismo, depois de uma década e meia de monopólio do poder.

Nas legislativas de há 11 meses o PAICV mal conseguiu atrair um terço do eleitorado, indo os outros dois terços para o Movimento para a Democracia (MPD), que formou Governo. E nas presidenciais de Fevereiro o juiz António Mascarenhas Monteiro venceu por margem ainda um pouco maior o Chefe de Estado que Cabo Verde conhecia desde 1975, Aristides Maria Pereira.

Desta vez, admite-se que o PAICV — surgido há 11 anos do ramo cabo-verdiano do PAIGC — fique claramente abaixo dos 25 por cento do eleitorado, no cómputo dos 14 concelhos onde se realizam as eleições gerais, embora as deva vencer nas ilhas de Boavista e Fogo (terras, respectivamente, de Aristides Pereira e do actual secretário-geral do partido, Pedro Pires).

Embora não se tenha verificado durante a campanha eleitoral deste mês nenhum incidente de envergadura, houve momentos em que a

policia foi chamada a intervir, nomeadamente quando o candidato do MPD à presidência do município do Mindelo (filho de São Vicente), Alfredo Fortes, chegou a ser apedrejado num dos bairros da cidade.

Admite-se que a vitória naquele concelho vá para o independente Onésimo Silveira, pois se o PAICV está a perder terreno também o MPD o estará, agora que já existe em cena um terceiro partido — União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID) — e que se apresentam a sufrágio listas de independentes.

Juventude Democrática

O líder parlamentar do MPD, Jacinto Santos, teve dificuldades para entrar em algumas zonas suburbanas da Cidade da Praia, mas mesmo assim crê-se que venha a conseguir a câmara municipal da capital, face a Nuno Duarte (PAICV), a Emanuel Sapinho (Juventude Democrática) e a António Carlos Tavares (independente).

A Juventude Democrática (JD), se bem que não esteja registada como partido, foi a grande novidade desta campanha. Criada há cerca de um ano e conotada inicialmente com o partido agora no poder, os seus dirigentes

acabaram por se incompatibilizar com a equipa de Carlos Veiga.

Num dos seus primeiros comícios, Jacinto Santos acusou mesmo a JD de estar a ser financiada pelo PAICV, ao que os visados retorquiram com acusações de corrupção: o candidato governamental à presidência do município da Praia teria beneficiado, em proveito próprio, de um projecto que se destinava a melhorar as condições de vida num dos bairros da cidade.

Ao que tudo indica, o MPD deverá conseguir o controlo de mais de metade das câmaras, mas obter a nível global menos votos do que nas legislativas de Janeiro.

Depois de transferir muitas das suas responsabilidades de administração quotidiana para os municípios, na sequência das eleições de hoje, o Governo de Cabo Verde deverá em breve começar a aplicar medidas de fundo, algumas das quais dizem respeito a privatizações.

A fim de atenuar o efeito de algumas medidas que possam ser impopulares, o executivo poderá — segundo círculos officiosos — determinar em Janeiro um aumento salarial de 15 a 20 por cento, para o funcionalismo público. Mas isso não será decerto bem visto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). ■

O SÉCULO DE JOANESBURGO

2 DEZEMBRO 1991

Angola de 74 vai levar 15 anos a reconstruir

A reconstrução de Angola, para atingir os níveis de 1974, «não leva menos de 15 anos», disse a empresários portugueses em Luanda o secretário-geral da UNITA.

Alicerces Mango falava aos cerca de 30 elementos da primeira missão empresarial a Angola da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) portugueses, que ontem regressaram a Lisboa depois de uma deslocação a Angola.

«O país está rebentado e a sua desgovernação é patente», referiu Alicerces Mango, salientando que «o angolano em Luanda conformou-se de que tem de viver com o lixo».

De acordo com o seu secretário-geral, «o bem-estar das populações» é o principal objectivo da UNITA, que lamenta a inexistência de infraestruturas de água, electricidade e transportes e o excessivo congestionamento de pessoas nas grandes cidades.

«Hoje, ainda muitas vezes, não há água em Luan-

da e no entanto já deixámos de rebentar com barragens há muito tempo», observou o secretário-geral da UNITA, responsabilizando o MPLA pela degradação da cidade e pela «desgovernação» do país.

Na opinião de Alicerces Mango, a UNITA «vai ganhar as eleições com maioria absoluta», mas se perder será «oposição e não fará mais guerra», nem participará em coligações governamentais.

«Muitos investidores estão hoje quase certos de que a UNITA vai ganhar», frisou Alicerces Mango, considerando que todos os programas do partido, nomeadamente nas áreas da educação, economia, política e diplomacia, «são realizáveis».

«Não podemos assumir responsabilidades relativamente a atitudes erradas tomadas pelo Governo do MPLA», sublinhou o dirigente da UNITA, quando questionado por um empresário sobre a possibilidade de virem a ser revistos ou anulados os investimentos estrangeiros que estão a ser feitos em Angola.

Autárquicas encerram transição

EMBORA por uma sondagem «velhinha» de três meses, o partido no Governo em Cabo Verde apresenta-se amanhã às urnas para as primeiras eleições municipais confortado com uma expectativa de folgada vitória e a convicção de que o seu principal adversário é ainda a abstenção. O partido da oposição parlamentar, o PAICV — que durante quase um ano o MPD tentou obsessivamente banir da cena política cabo-verdiana — sairá ainda mais debilitado do confronto local do que das legislativas e presidenciais, e os independentes só obterão uns escassos oito por cento. Assim bata certo o augúrio do «bruxo» que soube prever a espantosa vitória do primeiro-ministro Carlos Veiga, a 13 de Janeiro — a tecnocrática e europeia Euroexpansão.

Só que amanhã à noite as coisas podem já não ser bem assim, e Pedro Costa, da Euroexpansão, fez notar ao EXPRESSO que a sondagem foi realizada antes da apresentação das candidaturas, portanto, «partidarizando o universo eleitoral autárquico mais do que de facto se prefigura em Cabo Verde». A figura do candidato independente teve, é verdade, notável expressão nesta campanha para as autárquicas, e alguns observadores suspeitam que o PAICV tenha camuflado com ela boa parte dos seus candidatos.

O MPD não apresenta candidatos em dois dos 14 concelhos do país, tendo acusado publicamente o Supremo Tribunal de impugnar indevidamente a sua lista num dos casos. O presidente do Supremo, nomeado pelo Presidente da

República, foi entretanto substituído.

Uma nova vitória nas eleições que encerram a transição democrática é importante para o MPD, embora a instauração do verdadeiro poder descentralizado que o Estado-arquipélago reclama possa com isso sofrer. O Governo de Carlos Veiga desperdiçou o «élan» da sua fulgurante vitória nas legislativas em saneamentos políticos do aparelho de Estado e a instalar a sua própria clientela. Mas o que distinguia Cabo Verde dos restantes países

africanos lusófonos — relativa eficácia administrativa e crescimento sustentado do PIB — há dois anos que dá mostras de fraquejar.

O Banco Mundial e outros parceiros reclamam insistentemente medidas económicas impopulares, a que a ala trotsquista, liderada pelo ministro dos Estrangeiros, Jorge Fonseca, e pelo embaixador em Lisboa, Eugénio Inocêncio, se oporia. Entre elas figuram uma drástica redução do pessoal da Função Pública e a privatização das empresas estatais — o que implica saneamento dos efectivos e desmantelamento do sistema de segurança alimentar montado pelo anterior Governo. Carlos Veiga estaria agora disposto a dar início a estas medidas que vão violentar o seu próprio eleitorado. Um indicador de tal disponibilidade será a proeminência que vierem a adquirir na anunciada remodelação o (suposto) «superministro» da Economia, Manuel Chantre, e o ministro das Finanças e Plano, José Tomás Veiga.

Manuel Delgado

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15 DE DEZEMBRO DE 1991

Cabo-verdianos pouco motivados na campanha para as autárquicas

A CAMPANHA para as eleições autárquicas de amanhã em Cabo Verde encerrou à meia-noite de sexta-feira, sem aparentemente ter conseguido conquistar um envolvimento da população como o que rodeou os anteriores sufrágios. Os 34 candidatos à presidência das 14 câmaras municipais do país tentaram cativar os votos suficientes para serem eleitos, mas a campanha terminou de forma pouco motivadora para o cidadão cabo-verdiano, talvez por ser o terceiro escrutínio no mesmo ano. É opinião generalizada que, dos mais de 150 mil eleitores inscritos, se absterá um número bastante significativo, talvez superior aos 30 por cento registado nas presidenciais.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 DE DEZEMBRO DE 1991

Eleições autárquicas em Cabo Verde caracterizada por fraca afluência

UMA FRACA afluência às urnas assinalou ontem as primeiras horas das eleições autárquicas em Cabo Verde, numa altura em que tudo aponta para que o índice de abstenção seja bastante elevado. Observadores na capital cabo-verdiana consideram que o índice final de abstenção poderá ultrapassar os 35 por cento. O acto eleitoral tem decorrido num ambiente de calma e tranquilidade, com excepção da ilha do Fogo, onde responsáveis do Movimento Para a Democracia (MPD), no Poder, denunciaram alegadas irregularidades cometidas na localidade de Relvas, de onde é natural o candidato do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) à presidência da Câmara.

13.12.1991 O JORNAL

Impar em Cabo Verde

O Governo de Cabo Verde acaba de autorização a constituição, no seu país, de uma companhia de seguros privada, a Impar, em cujo capital a Império participa com 30 por cento.

Todo o processo de formação da nova seguradora foi orientado pela companhia portuguesa, que também elaborou o dossier técnico dos ramos não vida, cujas condições gerais e especiais tiveram de atender às peculiaridades da legislação de seguros em Cabo Verde.

O lançamento da Impar está previsto para Janeiro.

PÚBLICO 12 DEZEMBRO 1991

Império em Cabo Verde

A Companhia de Seguros Império foi autorizada a participar no capital social da primeira seguradora privada de Cabo Verde, que se chamará Impar. A participação da seguradora nacional, a única envolvida no projecto, será de 30 por cento. A Impar deverá ser lançada já em Janeiro e, segundo uma fonte da Império, o seu processo de formação foi conduzido pela Direcção de Desenvolvimento Estratégico da Império em tempo recorde, já que os trabalhos se iniciaram em Junho. ■

□ CAP-VERT : le Mouvement pour la démocratie a remporté les élections municipales. — Le Mouvement pour la démocratie (MDP), le nouveau parti dirigeant l'archipel, a conquis dix des quatorze municipalités en jeu, lors des premières élections municipales libres, organisées dimanche 15 décembre. Le Parti africain pour l'indépendance du Cap-Vert (PAICV), ex-parti unique, écarté du pouvoir au début de l'année, n'en a remporté que trois. — (Reuter.)

• Le Monde •

18 décembre 1991

Alas ortodoxa e renovadora opõem-se na Guiné-Bissau

Congresso do PAIGC vai decorrer sob o signo da cisão e do confronto

O V Congresso do PAIGC, que começa hoje em Bissau, realiza-se à sombra de uma eventual cisão e no cenário de um braço-de-ferro entre a direcção partidária e a ala renovadora.

À BEIRA da ruptura, os renovadores, reunidos no denominado «Grupo da Carta dos 121», não querem sequer ouvir falar da reunião magna dos ortodoxos do PAIGC e resolveram não lhe reconhecer «legitimidade», nem tampouco às deliberações ou à direcção dela saídas.

Para os «121», o congresso foi preparado de forma «anti-democrática e anti-estatutária», sendo que os documentos-chave não chegaram sequer às assembleias-base, que aliás também não realizaram as reuniões previstas. Por outro lado, para poder efectuar o congresso, a actual direcção do PAIGC não hesitou em «designar» os delegados, o que — alegam os renovadores — é proibido estatutariamente.

Em consequência, os renovadores do PAIGC prepararam-se para impugnar o congresso, tendo marcado para 20 de Janeiro uma conferência na-



O Presidente «Nino» Vieira acaba de encontrar-se com o líder da Frente Democrática

cional de quadros, tal como a que efectuaram de 7 a 9 deste mês, para então tomarem uma atitude definitiva face à actual reunião magna do histórico partido.

Note-se que o dia escolhido para a nova conferência está carregado de simbolismo, pois marca o décimo nono

aniversário do assassinio de Amílcar Cabral, principal fundador e primeiro secretário-geral do PAIGC e personalidade que ainda se mantém como figura de referência de todos os guineenses, seja qual for o seu quadrante político ou partidário.

Com os renovadores a opo-

rem-se aos conservadores no interior do PAIGC, os olhos da sociedade da Guiné-Bissau estão postos neste braço-de-ferro, pois toda a gente está consciente de que o futuro do país depende largamente dos seus resultados.

Mas a oposição anti-PAIGC também está atenta ao evoluir da situação do até há pouco partido único da República da Guiné-Bissau. Assim, quase todas as formações políticas surgidas em Bissau após a adopção formal do multipartidarismo já apresentaram o seu requerimento de legalização. No entanto, até hoje só a Frente Democrática (FD) foi legalizada (embora os restantes partidos o devam ser durante o mês corrente). Aliás, a FD já apareceu na televisão e falou na rádio. O problema é que a segurança do Estado continua a funcionar como se nada se tivesse transformado no panorama sociopolítico guineense.

Refira-se que, no fim da semana passada, um dos militantes da mencionada FD foi espancado a olhos vistos, num dos bairros periféricos de Bissau, por haver gritado, através de um megafone, algumas palavras de ordem do seu partido, fazendo convites para a inauguração da respectiva sede no dia 21.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 DE DEZEMBRO DE 1991

Guiné vive Feira do Livro

UMA INVASÃO pacífica de centenas de pessoas marcou, ontem, a inauguração da VI Feira do Livro realizada na Guiné-Bissau pelo Centro Cultural Português.

A cerimónia de inauguração do certame, que termina amanhã, foi presidida pelo embaixador de Portugal, Gonçalves Pedro. O director do Centro Cultural Português, Matos e Lemos, anunciou a realização, em Janeiro, e pela primeira vez fora de

Bissau, de uma Feira do Livro Português em Bafatá, no Leste do país. O presente certame foi financiado pela Direcção-Geral de Cooperação Portuguesa e orçou em sete mil contos.

Livros técnicos, literatura portuguesa, banda desenhada, gramáticas e dicionários foram disputados pelos compradores, entre os quais membros do governo guineense. Os livros têm um preço muito inferior ao de capa, além de que os cidadãos guineenses têm direito a 50 por cento de desconto, e os professores de 70 por cento, na aquisição de dicionários e gramáticas.

Borrego em Bissau

O MINISTRO do Ambiente e Recursos Naturais, Carlos Borrego, chegou ontem de madrugada a Bissau, onde participará no encontro de responsáveis governamentais pelo ambiente dos PALOP, que decorre amanhã na capital guineense. A reunião tem por objectivo definir uma posição comum entre Portugal, O Brasil e os «cinco», que será apresentada durante a Conferência sobre Ambiente e Desenvolvi-

mento marcada para Junho de 1992, no Rio de Janeiro. No encontro de segunda-feira serão discutidas e aprofundadas as conclusões de uma reunião realizada em Lisboa, em Julho deste ano, na qual tomou parte também o Brasil. Nessa altura, os pontos mais importantes em discussão, como se depreende da respectiva declaração final, foram a procura de novas fontes de financiamento para a cooperação na área do ambiente e a transferência de tecnologia. ■

'Houve precipitação na independência da Guiné'

Jorge Heitor

Um dos candidatos à Presidência da República da Guiné-Bissau, Rafael Barbosa, líder da Frente Democrática Social (FDS), disse ontem ao PÚBLICO que "houve precipitação na independência do país", pois deveria ter sido alcançada por etapas.

Barbosa — a quem o regime até agora em vigor por duas vezes chegou a condenar à morte, em 1977 e em 1979, acusando-o de traição, tendo-lhe depois comutado as penas — afirmou que "o PAIGC fez uma luta brilhante, mas depois não cumpriu o seu programa".

"Em termos de alimentação, educação e saúde, a situação piora cada vez mais. A Guiné não está nada, nada desenvolvida. Em termos de habitação, de saúde e de meios de comunicação, estamos piores do que em 1973", acrescentou aquele político, segundo o qual seria bom que as primeiras legislativas multipartidárias guineenses se efectuassem durante o segundo semestre do próximo ano.

"Tudo está muito atrasado, precisamos de mais tempo para nos organizarmos. O processo está sem dúvida a ser mais difícil do que pensávamos. As legislativas deverão ser até Novembro de 1992 e só depois delas as Presidenciais" — considerou Rafael Barbosa, que em Maio admitira ao PÚBLICO a possibilidade de as primeiras eleições ainda se concretizarem este ano.

"Após o 14 de Novembro, que derrubou o Presidente Luís Cabral, 'Nino' Vieira tinha muita aceitação, mas um indivíduo para governar tem de ter uma boa equipa. 'Nino' não conseguiu até agora um bom Governo" — declarou o homem que chegou a ser presidente do PAIGC, durante os primeiros anos de existência deste partido, fundado por Amílcar Cabral, Aristides Pereira e mais algumas pessoas

que desejavam a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

"Temos de ter respeito pelo Presidente Vieira. Ele é um adversário e não um inimigo", afirmou Barbosa, em cujo entender o futuro guineense terá de ser delineado na conjugação entre diversas forças, incluindo o Partido Unido Social Democrata, de Vitor Saúde Maria, a Frente Democrática, de Aristides Menezes, e o Movimento Bafatá.

Possíveis coligações

Por enquanto, não aceita coligações, entendendo que elas só deverão ser formadas mais tarde, depois de conhecido o peso eleitoral de cada um dos grupos; mas manifesta apreço por Aristides Menezes, líder do único partido de oposição que já conseguiu ser legalizado.

Entretanto, "se a saúde o permitir", espera no início do próximo ano ir conhecer a Europa, onde afirma ter amigos na Itália, na Suécia e em Portugal: "Acho que a Guiné-Bissau deve ter laços com todos os países do mundo, principalmente os do Ocidente, e em primeiro lugar com Portugal."

Marechal Spínola

Ao passar por Lisboa, "é muito possível" que se proporcione um contacto com o marechal António de Spínola, antigo governador da Guiné, a cujo lado chegou a aparecer em público, o que lhe valeu ser considerado traidor pelo PAIGC.

Quanto ao futuro, ao que preconiza para o país no caso de vir a ter voz no Governo, disse-nos que deveria ser dada muita importância à agricultura ("evitar ao máximo a importação de arroz") e às pescas, com auxílio de Portugal para o controlo das águas territoriais.

Técnico da construção civil, Rafael Barbosa é casado, tem um filho (a residir em Lisboa) e três filhas, pensa publicar um livro sobre a sua agitada carreira política, que vem desde a década de 50. ■

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 16 DEZEMBRO 1991

PAIGC em congresso sob o signo da cisão

UMA FORTE tensão paira sobre toda a sociedade civil guineense, a escassas horas do início do V Congresso do PAIGC, que mais uma vez chama a si a responsabilidade de definir o futuro da Guiné-Bissau.

Adivinha-se uma forte cisão no seu seio, ao mesmo tempo que a proposta de instauração de um regime multipartidário é considerada pela oposição "pouco séria e indefinida".

Seja como for, o V Congresso ordinário do PAIGC começa hoje na região de Bissau, na Base Aérea de Bissalanca, sob o lema "Congresso da Reestruturação para a Democracia Pluripartidária". Os 401 delegados de todo o território nacional, incluindo 29 escolhidos pelo secretário-geral, "Nino" Vieira, vão ter pela frente uma agenda não só sobrecarregada como também comportando temas delicados, visando transformar o movimento de libertação no poder numa força social-democrata "apta a integrar-se num sistema democrático"...

Isto acontece cerca de cinco meses depois do II Congresso Extraordinário, forum que provocou a maior alteração de sempre no seio do PAIGC. Nem o golpe de estado de 14 de Novembro de 1980, que apeou Luís Cabral do poder, produziu tantas mudanças, tanto em pessoas como no próprio conteúdo ideológico do partido fundado há 35 anos por Amílcar Cabral.

Esta situação fez surgir no interior do PAIGC o "movimento da carta dos 121", que acusa a direcção e o seu secretário-geral de falta de democracia, desvios à linha política e ausência de diálogo com a oposição. A suspensão pelo Comité Central,

na sexta-feira, de um elemento afecto aos 121, Califa Seidi, é na opinião dos renovadores o exemplo acabado das posições ortodoxas e anti-democráticas da actual direcção.

As acções compulsivas não ficaram por aí: João Costa, Inspector Geral do Estado, Beatriz Cabral, Directora Geral da Educação e mulher do ministro Mário Cabral, e Califa Seidi ficaram sem as viaturas oficiais que lhes estavam atribuídas e correm o risco de serem exonerados dos cargos que ocupam no aparelho administrativo.

Os subscritores da carta dos 121 consideram abusiva esta atitude e afirmam que, caso a direcção não respeite a liberdade de pensamento e de expressão, avançarão com o seu processo de contestação, "se necessário até à impugnação dos resultados do V Congresso".

Estes acontecimentos decorrem num cenário económico alarmante. Os principais parceiros económicos da Guiné-Bissau suspenderam ou fizeram atrasar a ajuda a este país, aguardando que o poder materialize a sua promessa de democratização da sociedade. Um estudo recente do Banco Mundial revelou que a situação alimentar é preocupante e incompatível com a promoção dos bons níveis de desenvolvimento. As crianças e os adolescentes são as camadas mais atingidas pela crise, evidenciando índices de crescimento e desenvolvimento bastante irregulares. O mesmo estudo diz que a generalidade das pessoas manifesta desânimo e falta de interesse pelas suas tarefas devido à ausência de perspectivas de vida. ■

Aly Sakala, em Bissau

De Klerk e Pik Botha avistaram-se com o presidente da Renamo no Quénia

O SÉCULO DE JOANESBURGO

2 DEZEMBRO 1991

O presidente FW de Klerk e o ministro dos Negócios Estrangeiros Pik Botha encontraram-se com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, no Quénia a 8 de Junho deste ano, segundo foi confirmado pelo próprio Pik Botha, após o facto ter sido noticiado na imprensa local.

Botha disse que o encontro com Dhlakama fez parte dos esforços sul-africanos para um cessar-fogo em Moçambique e para a reconciliação naquele país. Houve ainda outros en-

contros subsequentes entre representantes do Governo sul-africano e Dhlakama, e todos foram do conhecimento do presidente Joaquim Chissano.

De acordo com fontes de um jornal diário sul-africano, o presidente De Klerk terá perguntado a Dhlakama se eram verdadeiras alegações de que a Renamo estava a adquirir armas a contrabandistas sul-africanos. O líder da Renamo teria negado que sua organização mantivesse

qualquer contacto com a África do Sul.

De Klerk terá ainda apelado a Dhlakama para que acelere os esforços na busca de uma solução pacífica para o conflito moçambicano.

Outros líderes seniores da Renamo, como Raúl Domingos — porta-voz da Renamo para Assuntos Internacionais e um negociador-chave nas conversações de paz em Roma — estiveram presentes no encontro do Quénia, segundo referiram as mesmas fontes.

O SÉCULO DE JOANESBURGO

2 DEZEMBRO 1991

Pademo propõe «frente comum» de partidos em oposição à Frelimo

O Partido Liberal Democrático de Moçambique (PADEMO) propôs publicamente a criação de «uma frente comum» de partidos da oposição interna como estratégia política contra a Frelimo.

A proposta está contida num comunicado do Pademo distribuído aos órgãos de informação, no qual o Partido Liberal Democrático defende a necessidade

de os novos partidos políticos em Moçambique criarem um órgão único para exprimir as posições consensuais da oposição no país.

O Pademo afirma-se aberto a contactos com outras organizações políticas emergentes, com vista à troca de pontos de vista para concretização desta proposta.

Dois novos partidos fo-

ram criados recentemente em Moçambique por dissidentes do Palmo e do PPPM, alargando o número de organizações políticas para 14.

Um deles designa-se Partido Federal de Moçambique (PAFEMO) e integra diversos antigos dirigentes do Partido do Progresso do Povo de Moçambique, sendo liderado por Mariano

Purdina. O segundo é o SOL, que tem à frente o empresário Casimiro Nhamitambo.

No seu manifesto político, o Partido Federal de Moçambique (PAFEMO) defende a aplicação de um sistema federado em Moçambique e a criação de uma «comunidade lusófona que congregue todos os países de expressão portuguesa».

França financia reabilitação do complexo de Cabora Bassa

O SÉCULO DE JOANESBURGO

← 2 DEZEMBRO 1991

Exército deteve contrabandistas de armas de fogo e munições

A reabilitação do complexo hidroeléctrico de Cabora Bassa, com início previsto para 1992, terá a participação da Caixa Central de Cooperação Económica Francesa, disse em Maputo fonte daquela instituição financeira.

O director da instituição em Moçambique, Jacques Albugues, afirmou que a participação da entidade que representa deverá contemplar também outros projectos de desenvolvimento no sector energético moçambicano.

O funcionário francês disse que é prematuro quantificar o valor desses financiamentos e as suas condições, mas que o montante das participações da Caixa Central de Cooperação Francesa em Moçambique eleva-se, actualmente, a 360 milhões de dólares.

Os novos investimentos, destinados à construção de uma linha de transporte de energia de Cabo Bassa para o Zimbabué e a reabilitação e duplicação da actual para a África do Sul,

necessitarão de apoios financeiros internacionais.

O actual apoio financeiro francês a Moçambique, no valor de 360 milhões de dólares, está a ser aplicado em infraestruturas para os caminhos de ferro, telecomunicações via satélite, energia e água, colocando a instituição entre os primeiros parceiros do país.

Um comunicado militar revela que, na penúltima semana, o Exército moçambicano deteve 106 violadores de fronteiras em diversos pontos do país, alguns dos quais se dedicavam ao contrabando de armas de fogo e de munições com destino a países vizinhos.

No período em referência, o Exército moçambicano causou, segundo o Estado-Maior General das Forças Armadas, 89 baixas à Renamo em várias províncias do país. As principais acções decorreram em Muidumbe, província de Cabo Delgado, em Morrumbala, Zambézia, e em Chifunde e Inhanga, província de Tete.

Outras ofensivas contra acampamentos e postos avançados da Renamo foram realizadas em Nhacafula, província de Manica,

em Magaiça, província de Inhambane, e em Chibuto e Ndindiza, ambos na província de Gaza, onde o Exército governamental apreendeu armamento diverso.

Ainda no mesmo período, as Forças Armadas de Moçambique detectaram um esconderijo de armas da Renamo na zona de Cabombo Malamba, província de Inhambane, tendo apreendido 100 armas de diversos tipos.

Cifial domina Comec em Moçambique

PÚBLICO

SÁBADO, 14 DEZEMBRO 1991

A CIFIAL assinou já um acordo com o Governo moçambicano para a aquisição de 65 por cento do capital da Comec, um agrupamento de cinco empresas na área da metalomecânica e que representa um investimento que ultrapassa os 200 mil contos. Torneiras, fechaduras, mobiliário metálico, cutelaria e metalomecânica são os subsectores abrangidos e a produção destina-se

essencialmente à exportação.

A conclusão do processo está dependente agora de uma avaliação final do grupo de empresas. Ludgero Marques, presidente da Cifial, espera que a avaliação "apure valores próximos" dos citados, "ou talvez menos". "Este é um dos investimentos mais importantes feitos em Moçambique por portugueses e espero, se tu-

do correr bem, começar a laborar em Junho ou Julho", adianta Ludgero Marques.

Ainda segundo o patrão da Cifial, a Comec, que conta com 358 trabalhadores, tem boa parte do seu equipamento em condições de recuperação, sendo, no entanto, necessário fazer investimentos ao nível de tecnologia de formação de quadros. A matéria-prima, um dos factores que sempre

preocupam os investidores em África, será comprada na sua maior parte na África do Sul.

A Cifial vai ainda integrar uma rede comercial moçambicana, a Moçambique/América, como sócio minoritário, mas com a prerrogativa de ter a exclusividade da importação e exportação de toda a gama de produtos metalomecânicos destinados ao país. ■ R.G.

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 10 DEZEMBRO 1991

BM PEDE APOIO A MOÇAMBIQUE — Moçambique realizou progressos na aplicação do Programa de Reabilitação Económica e Social e deve ser garantido um financiamento adicional pela comunidade internacional, revela um relatório do Banco Mundial. Segundo este documento, apresentado no decorrer da reunião entre os responsáveis moçambicanos e os países doadores, que decorre em Paris desde 9 de Dezembro e se prolonga até dia 12, o financiamento a Moçambique deve ser reforçado visto que houve uma redução importante das ajudas que este país de língua oficial portuguesa recebia da Europa de Leste. No ano passado, a ajuda internacional a Moçambique ultrapassou os mil milhões de dólares (cerca de 144 milhões de contos), sob a forma da ajuda directa e da redução da dívida. Com a perspectiva de um acordo de paz entre o Governo e a Renamo, o relatório do Banco Mundial indica que se assiste a uma convergência entre a transformação da economia e a solução do problema da segurança. ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS 15 DE DEZEMBRO DE 1991

Auxílio a Moçambique

PARTE amanhã à tarde para Moçambique, a bordo de um C-130 da Força Aérea Portuguesa, uma equipa da AMI-Assistência Médica Internacional, constituída por um médico e uma enfermeira, que vão prestar auxílio de urgência aos deslocados de guerra na zona de Ressano Garcia. A operação é realizada na sequência de um pedido formulado por Maria Barroso, mulher do Presidente da República, à AMI. O aparelho transporta igualmente várias toneladas de material médico, farmacêutico, e ainda alimentos e vestuário.

Le Monde 12 décembre 1991

□ **MOZAMBIQUE : 61 civils tués dans une attaque de la RENAMO.** — Selon Radio Mozambique, une attaque de la Résistance nationale du Mozambique (RENAMO, opposition armée) contre la ville d'Angoche, dans le nord du pays, a fait, mardi 10 décembre, soixante et une victimes civiles et dix morts parmi les assaillants. Par ailleurs, le Parlement mozambicain, a ratifié à l'unanimité, mardi, à Maputo, la charte des Nations unies sur les droits de l'homme. — (AFP.)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 DE DEZEMBRO DE 1991

Cultura moçambicana em colóquio nas Picoas

NO ÂMBITO da exposição «Sentir Moçambique», realiza-se hoje às 18 e 30, no Forum Picoas, um colóquio subordinado ao tema «Vectores de uma época cultural». Serão oradores Ilídio Rocha, poeta e investigador de questões moçambicanas, e o escritor Rui Nogar. Continua entretanto patente, na Galeria 2026 do Centro das Amoreiras, uma exposição-venda de artesanato, englobando peças de cerca de 30 países do Terceiro Mundo.

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 12 DEZEMBRO 1991

Apoios a Moçambique

MOÇAMBIQUE VAI receber 1125 milhões de dólares (mais de 159 milhões de contos) em 1992, de acordo com as decisões de uma reunião que juntou, durante três dias em Paris, o grupo consultivo do Banco Mundial, os países doadores e responsáveis governamentais de Maputo.

Até 1994, Moçambique necessita de financiamentos externos de 1100 milhões de dólares (156,2 milhões de contos) anuais para fazer face aos encargos da dívida e para compensar o fim da ajuda que era prestada pela URSS e por outros países do Leste europeu. ■

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 13 DEZEMBRO 1991

Optimismo moçambicano

A NONA ronda de conversações entre o Governo moçambicano e a Renamo principia amanhã em Roma e o líder da delegação de Maputo, o ministro dos Transportes Armando Guebueza, afirmou ontem ao partir que deseja a paz antes do Natal. Guebueza disse ainda que existe uma proposta de Maputo para uma "trégua alargada" antes dessa data. O ministro definiu esta proposta como a solução menos má, na impossibilidade de um cessar-fogo imediato. ■

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 10 DEZEMBRO 1991

Chissano quer Portugal no processo de paz

O PRESIDENTE Joaquim Chissano disse à agência France Presse que é favorável à ideia de Portugal ter um "papel maior" nas negociações para a paz em Moçambique, que dentro de dias deverão recomeçar em Roma, onde decorrem intermitentemente há mais de um ano.

Outros países, como os Estados Unidos e a África do Sul, poderiam igualmente dar o seu contributo para as negociações, em condições a definir — declarou Chissano, segundo o qual a paz está agora a avançar, em

parte devido a uma "mudança de atitude" da Renamo.

"Estamos optimistas, mas sabemos que ainda temos de trabalhar muito" — prosseguiu o Presidente, que disse estarem as forças governamentais dispostas a respeitar "tréguas prolongadas" por altura do Natal.

Chissano deu como balanço da guerra em Moçambique, entre o regime da Frelimo e a Renamo, perto de um milhão de mortos, centenas de milhares de refugiados nos países vizinhos e numerosas infra-estruturas destruídas. ■

A morte de um imortal

A MORTE do líder espiritual dos «naparamas» põe em evidência as novas iniciativas militares da Renamo e faz admitir a possibilidade da «privatização» da guerra na Zambézia, a mais populosa província de Moçambique.

Manuel António, de 28 anos prováveis, o mais celebrado mito da guerra em Moçambique desde há dois anos, foi a enterrar no último sábado numa localidade dos arredores de Quelimane, depois de ter sido morto em combate com a Renamo na vila de Namucua. Originário do maior grupo étnico moçambicano, os macuas, Manuel António sustentava que poderes mágicos o defendiam, a si e aos seus homens, das balas disparadas pelos homens da Renamo.

De vulgar feiticeiro há dois anos, Manuel António transformou-se num poderoso chefe militar com influência nas duas mais populosas províncias de Moçambique. O exército camponês que o rodeava recebia uma «vacina» — a «parama» — que tornava os seus elementos «imunes às balas», combatendo a Renamo apenas com armas brancas.

Ironicamente, Manuel António sucumbiu após ter esvaziado o carregador da Kalashnikov que empunhava no recontro com os rebeldes.

Segundo declarações do chefe «naparama» Jaime Buanesaque ao EXPRESSO, Manuel António foi literalmente crivado de balas e golpes de baioneta, perecendo com ele 13 outros «naparamas».

Os vinte mil homens que obedeciam às ordens de Manuel António na Zambézia estão momentaneamente privados do guia espiritual e da voz de comando que nos últimos dois anos levou a uma significativa acalmia em vastas zonas do Alto Zambeze.

O fenómeno naparama

Quando, no início de 1990, começaram a ser conhecidos os feitos dos «na-

paramas», as suas acções foram recebidas com apreensão pelas autoridades governamentais, sobretudo pela hierarquia militar, que assistia à criação e crescimento de uma «terceira força».

Embora tenha começado a ser conhecido na Zambézia, o fenómeno tem o seu epicentro em Nampula, onde se concentra grande parte da população macua e islamizada. As autoridades civis locais, com cobertura do Governo central, nunca hostilizaram os «naparamas». Estes mantêm fortes ligações com os chefes tradicionais, habitualmente cortejados pela Renamo.

Em Gaza, num fenómeno muito semelhante ao dos «naparamas», uma «adivinha» que afirma encarnar o espírito do régulo Mungoi, recupera, com beneplácito governamental, populações raptadas em incursões da Renamo.

A partir de um acordo com os comandantes de Afonso Dlakhama, a área do regulado não é atacada e os camionistas chegaram a usar uma bandeira branca com uma cruz azul — o símbolo do espírito Mungoi — nas estradas circundantes, para evitarem os ataques da Renamo.

Dada a ineficácia do exército regular, os «naparamas» têm vindo a substituir-se aos militares com sucesso e apreciável apoio popular.

Os governos provinciais optam pelo pragmatismo e «fecham os olhos» a relatórios dos seus excessos durante as incursões punitivas.

Os «media» moçambicanos referem-se com a maior naturalidade às acções militares dos «naparamas», reportando combates e baixas.

As suas actividades e o mito ganharam âmbito nacional.

E, num apelo publicado por um semanário da capital, um leitor de Inhambane convidava os «naparamas» a virem do Norte acabar com a guerra no Sul do país.

A «privatização» da guerra

A morte de Manuel António dá maior acuidade aos

perigos latentes da «terceira força». Sem comando centralizado, as dezenas de milhares de «naparamas» podem dar um cunho ainda mais «privado» à «sua guerra».

Manuel António costumava afirmar em privado que a Frelimo o apoiava porque não tinha outra alternativa, definindo a sua luta como a dos «sem partido, para salvar o povo da guerra».

Analistas entrevistados pelo EXPRESSO, embora reconhecendo a raiz genuinamente camponesa dos «naparamas», consideram que o movimento contém igualmente todos os germes da violência e discricionariedade dos Khmeres Vermelhos.

Uma semana antes da morte de Manuel António, o governo provincial da Zambézia realizou uma reunião em que foram longamente analisados os excessos dos «naparamas».

Associando a guerra ao negócio, Manuel António, com o auxílio de um camionista português, comercializava a produção dos camponeses, mas praticava preços abaixo dos fixados, usando de coerção junto dos agricultores.

A Igreja Católica denunciou várias vezes tais abusos, embora as suas preocupações não fossem apenas de natureza secular ou humanitária. Manuel António proclamava-se um «enviado de Deus» na terra, acompanhando habitualmente as cerimónias fetichistas com trechos de liturgia católica. Por outro lado, as zonas subtraídas ao controlo da Renamo por onde estendeu a sua influência na Zambézia são áreas onde os missionários, italianos e portugueses, há muito ali residentes, não escondem a sua simpatia por Dlakhama.

Ofensiva da Renamo

A eliminação de Manuel António é o culminar de vários episódios negativos dos homens «antibala» frente à Renamo.

Depois de grandes revezes em 1990, as chefias re-

beldes lançaram em combate este ano os seus próprios elementos «vacinados contra a morte» — os «mucuepas» —, respondendo com as mesmas armas ao fenómeno supersticioso, também comum no seio da Renamo.

Números crescentes de «naparamas» armados de azagaias têm vindo a ser abatidos pela Renamo, não obstante a fé popular nos «antibalas». A morte de «naparamas» em combate, como a do próprio Manuel António, é atribuída à falta de preparação apropriada, nomeadamente a falta de orações, dos unguentos de invulnerabilidade e das práticas prescritas no interior do grupo.

Como é tradicional durante o interregno das negociações de Roma, a Renamo está neste momento em clara ofensiva militar, aproveitando igualmente a época das chuvas que teve agora início. A desintegração dos «naparamas» poderá tornar mais fáceis os objectivos militares de Dlakhama na Zambézia e em Nampula, onde está concentrado mais de um terço da população moçambicana. Os confrontos são tanto mais cruciais quanto, no pós-guerra e durante as inevitáveis eleições multipartidárias, é a população destas duas províncias que vai ditar as cores vencedoras nos órgãos de poder submetidos a sufrágio.

Fernando Lima
em Maputo
com António Barros
em Quelimane

socialista, ao passo que a política do Governo tenderá para o mercado livre.

A este respeito, é essencial tomarmos nota do sistema político e económico defendido e praticado por outros Esta-

haveria acções judiciais ou de outro tipo para impedir tal atitude. Por isso estão a ganhar terreno os que são a favor da inclusão de tais princípios na Declaração de Direitos. Esta pode e deve ser incluída na

declaração do Banco de Reserva da África do Sul e que este goze de autonomia para decidir da política monetária.

Alguns países impuseram limites legais à dimensão da dívida pública, mas tal restrição poderá ser difícil de conse-

tao dos países democráticos. Entre os direitos que precisam de constar da Declaração de Direitos incluem-se:

— O direito de propriedade móvel e imóvel, com a compensação devida pela expropriação e nacionalização.

